

Faculdade Damas da Instrução Cristã  
Relações Internacionais

Maria Eduarda Buonafina Franco Dourado

**DEMOCRACIA NA RÚSSIA: O RETORNO DO AUTORITARISMO POR  
MEIOS DEMOCRÁTICOS**

Recife  
2016

Maria Eduarda Buonafina Franco Dourado

**DEMOCRACIA NA RÚSSIA: O RETORNO DO AUTORITARISMO POR  
MEIOS DEMOCRÁTICOS**

Monografia apresentada à Faculdade Damas da  
Instrução Cristã - FADIC, como requisito para  
obtenção do título de Bacharel em Relações  
Internacionais.

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Henrique  
Lucena Silva**

Recife  
2016

Ficha catalográfica  
Elaborada pela biblioteca da Faculdade Damas da Instrução Cristã

R739d Dourado, Maria Eduarda Buonafina Franco.  
Democracia na Rússia: o retorno do autoritarismo por meios democráticos / Maria Eduarda Buonafina Franco Dourado. - Recife: o autor, 2016.  
77 f.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Henrique Lucena Silva  
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2016.  
Inclui bibliografia

1. Sistema político Russo. 2. Autoritarismo. 3. Putin, Vladimir. 4. Regime híbrido. I. Silva, Antonio Henrique Lucena . II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

CDU 327

**MARIA EDUARDA BUONAFINA FRANCO DOURADO**

**DEMOCRACIA NA RÚSSIA: O RETORNO DO AUTORITARISMO POR  
MEIOS DEMOCRÁTICOS**

Monografia apresentada à Faculdade Damas da  
Instrução Cristã - FADIC, como requisito parcial  
para obtenção do título de Bacharel em Relações  
Internacionais.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.  
**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC**

---

Prof.  
**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC**

---

Prof.  
**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC**

## **AGRADECIMENTOS**

Eu gostaria de agradecer a todos que tiveram paciência comigo, principalmente meu orientador Antonio Henrique Lucena e aos meus pais, minhas irmãs e familiares. Agradeço também Allan Lauzid que foi peça-chave durante todo esse percurso, tanto durante toda a graduação quanto no desenvolver deste trabalho (menino, eu te amo!). Preciso pedir perdão aos meus amigos (Guilherme Nobre Cruz, Lucinda Suzana, Eduarda Gomes, Jéssica Calheiros... muita gente na verdade!) e ao meu cachorro pelas incontáveis horas que deixei eles de lado para produzir esse trabalho. Mas posso dizer que tudo valeu a pena. Agradeço também aos professores, Pedro Soares, Pedro Paulo Procópio, Maurício Wanderley, Luciana Lira, Artemis Holmes, Jeanete Viegas, Ricardo Japiassu e Déborah Werner pelo apoio e troca de ideias. Foi fundamental para a construção do trabalho. Agradeço também aos que disseram para eu desistir (tenho um pouco de transtorno opositor), pois terminaram me dando um gás a mais para passar por este grande desafio. E por último, mas não menos importante, agradeço a Matheus Quintino, pois passar por essa experiência junto a ti foi maravilhoso, nada melhor que a troca de desesperos entre nós dois.

“Mother Russia, dance of the Tzars  
hold up your heads, be proud of what you are  
now it has come freedom at last  
turning the tides of history and your past

Mother Russia, dance of Tzars  
hold up your head, remember who you are  
can you release the anger, the grief  
can you be happy now your people are free”

(Iron Maiden)

## RESUMO

A Rússia pós-soviética iniciou um processo de democratização através da mudança da legislação eleitoral, do multipartidarismo e da liberdade política, econômica e social. Acredita-se que durante o governo de Boris Yeltsin a democracia chegou ao grau mais alto da história do país, já nos anos 2000, com a entrada de Vladimir Putin na presidência, o cenário político se transformou. O país, que estava indo em direção a uma democracia, passou a demonstrar novas dinâmicas políticas, muitas de caráter autoritário. O que não fica claro é quando tentamos entender o comportamento da população frente ao recuo da democracia durante a era Putin. Os russos têm apoiado e aprovado o governo do ex-agente da KGB<sup>1</sup> mesmo que isso tenha significado uma certa diminuição das liberdades e direitos políticos da população. Neste trabalho será feito algumas análises dos eventos considerados marcantes na mentalidade da população russa que terminam por influenciar no comportamento político dos dias atuais. Essa análise nos ajudará identificar o que vem contribuindo para o retorno das tendências autoritárias na Federação Russa, mesmo que através dos meios democráticos.

**Palavras-chave:** Sistema Político Russo, Autoritarismo Competitivo, Democracia, Vladimir Putin, Autoritarismo, Regime Híbrido, Autoritarismo Eleitora.

---

<sup>1</sup> Comitê de Segurança do Estado (Komitet Gosudarstvennoi Bezopasnosti).

## **ABSTRACT**

The Post-Soviet Russia initiated a democratization process through the change of electoral legislation, the multi-partyism and the political, economic and social freedom. It is believed that during Boris Yeltsin's government, democracy reached the highest level of the country's history, and in the 2000s, with Vladimir Putin's rise into the presidency, the political context was transformed. The country, which was moving towards a democracy, began to demonstrate new political dynamics, many of an authoritarian nature. What is not clear, is when we try to understand the behavior of the population against the retreat of democracy during the Putin era. The Russians have supported and approved the government of the former secretary of the KGB, even if it means a certain decrease in the freedoms and political rights of the population. In this paper, will be made some analysis of the events considered remarkable in the mentality of the Russian population that end up influencing in the political behavior of the present days. These analyzes will help us identify what has contributed to the return of authoritarian tendencies in the Russian Federation, even if through democratic mechanisms.

**Keywords:** Russian Political System, Competitive Authoritarianism, Democracy, Vladimir Putin, Authoritarianism, Hybrid Regimes, Electoral Authoritarianism.



## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>1: Democracia e cultura política.....</b>	<b>12</b>
1.0 O conceito ocidental de democracia.....	12
1.1 Socialismo e democracia.....	16
1.2 Democracia soviética.....	17
1.3 Democracia na Rússia pós-soviética.....	18
1.4 A Constituição de 1993 e o superpresidencialismo.....	22
1.5 Cultura política.....	25
1.6 Metodologia.....	29
<b>2: Formação e características dos regimes autoritários na Rússia.....</b>	<b>32</b>
2.0 Formação do Estado russo.....	32
2.1 Revolução de 1905: monarquia constitucional, partidos e parlamento....	40
2.2 Revolução de fevereiro a outubro de 1917.....	42
2.3 Regime soviético.....	46
<b>3: Czarismo no século XXI.....</b>	<b>52</b>
3.0 O fim da era soviética: transição para uma democracia?.....	52
3.1 O governo de Vladimir Putin.....	54
3.2 O jogo partidário: final da era soviética até os dias atuais.....	61
3.3 Os principais partidos políticos da Federação Russa.....	65
<b>Considerações finais.....</b>	<b>69</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>75</b>

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Resultados de eleições presidenciais de 2000 e 2004 na Federação Russa.....	57
--	----

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Survey: Qual o melhor tipo de governo para a Rússia?.....	26
Quadro 2 – Ponto de vista da população sob o governo de Putin (2009).....	27
Quadro 3 – Confiabilidade dos políticos (6 de novembro 2016).....	28
Quadro 4 – Você geralmente aprova ou desaprova o...?.....	28
Quadro 5 – Se protestos com reivindicação política tomarem força, você pessoalmente tomaria parte dela?.....	29
Quadro 6 – Partidos mais votados nas eleições legislativas (1993-2007).....	68

## INTRODUÇÃO

Em uma lista criada pelo comissariado do povo para os assuntos internos (NKVD), estava o nome de Ivan Smirov e de mais 33 homens que logo seriam presos e posteriormente fuzilados. Quase oitenta anos depois, Boris Nemtsov caminhava pelas ruas ao lado de uma mulher ucraniana e ao chegar a uma ponte próxima ao Kremlin, sede do governo russo, o rapaz é surpreendido e morto com quatro tiros. Horas antes da sua morte, Nemtsov havia participado de uma entrevista em uma rádio onde afirmava que era difícil viver sob constante intimidação e pressão do governo russo.

O que esses dois jovens rapazes teriam em comum? Já que uma diferença enorme de tempo separa a realidade dos dois. O primeiro rapaz viveu na URSS do período Stalinista e foi fuzilado em 1937, já o segundo, viveu em uma Rússia capitalista e democrática e foi assassinado em 2015. Ambos foram vítima do mesmo crime, ambos eram da oposição política dos seus respectivos governos. Ivan participava do grupo de oposição de esquerda que se opunha ao governo stalinista, conhecido como trotskistas. Boris era um dos principais membros da oposição do atual governo russo, era contra o conflito ucraniano. Sim, foram mortos por serem da oposição, ou seja, foram mortos a comando de um líder autoritário e intolerante que governava o país no período.

Há uma carência de debate e pesquisa sobre a Rússia nas universidades brasileiras. Durante muito tempo a Rússia não se passava de um lugar remoto para o Ocidente, como dizia o poeta inglês John Milton, a Rússia era “a região mais setentrional da Europa julgada civilizada”. Essa visão refletia claramente como os europeus percebiam a Rússia, onde somente no século XIX a Rússia se tornou “oriental”, tanto para os europeus quanto para muitos dos russos. O problema é que ser considerado “oriental” naquele período não era um elogio, na verdade, ser “oriental” implicava que a Rússia e as terras que o Ocidente colonizava na época, eram bárbaras, despóticas e sujas. Além de que o seu povo de alguma forma era provavelmente inferior.

Até o período que antecede a Guerra Fria, nem os europeus nem os americanos estudavam o país, nem sequer havia preocupação para aprender a língua russa. Até mesmo quando Tolstoi e Tchaikovsky se tornaram conhecidos, o país de sua origem ainda era considerada um mistério.

Nem mesmo durante a Revolução Russa houve uma boa compreensão por parte dos ocidentais do que ocorria de fato no país, pois, ao contrário da Revolução Francesa que ocorreu no centro da Europa Ocidental, com um povo cuja língua havia se tornado o principal idioma de comunicação internacional, a Revolução Russa ocorreu em um país distante cuja língua era desconhecida e não havia nenhuma compreensão do país e da sua história. De acordo com o autor Paul Bushkovitch (2014):

Se a Revolução Russa não tivesse encontrado seguidores no exterior, talvez a sociedade soviética tivesse permanecido um sistema peculiar estudado somente por um punhado de acadêmicos abnegados. (BUSHKOVITCH; 2014, p18)

Esse cenário só mudou a partir do momento em que a China, o país mais populoso do mundo, passa a ser governado por um Partido Comunista, onde, o comunismo se torna questão central da política mundial por duas gerações no século XX. É nesse momento que a Rússia passa a ser reconhecida como um ator importante no cenário internacional e então têm-se a necessidade de melhor conhecê-la.

Ao estudar o país russo e sua civilização, nos deparamos com diversas questões que nós ocidentais temos certa dificuldade de compreender. Uma dessas questões diz respeito a cultura política da população russa, no qual, seu sistema político e eleitoral tem gerado certa confusão ao tentarmos analisá-la.

Após a queda da União Soviética, a Rússia enfrentou um processo de transformação política e econômica. Na área econômica, o país adere ao capitalismo, através da abertura de mercado e de um processo radical de privatização que termina deixando boa parte da população desempregada e pobre. Na área política, cai o regime autoritário comunista e a sociedade pode vivenciar um período democrático, com multipartidarismo, sufrágio universal, voto direto, liberdade civil, liberdade religiosa entre outros.

Esse período “democrático” (1991-1999) acontece durante o governo de Boris Yeltsin, que se torna o primeiro presidente da Federação Russa, eleito através do voto direto. Nos anos 2000, com a entrada de Vladimir Putin o desenvolvimento da democracia entra em declínio, segundo a organização Freedom House<sup>2</sup>, que mede o grau das democracias pelo mundo, mudou a classificação do país de “parcialmente democrático” para “não democrático”.

O que nos intriga é que a população russa através de meios democráticos, vem elegendo líderes com tendências autoritárias e políticas centralizadoras. O país que vivenciou mais de 700 anos de autoritarismo, primeiro na personalidade do czar e depois a ditadura partidária no período soviético tem o avanço democrático podado por escolha da própria população.

Este trabalho procura contribuir para um maior entendimento quanto ao comportamento político da população russa atual. Procuramos responder algumas questões como: qual é a percepção que a população russa tem sobre a democracia? Como podemos descrever o regime político atual que apresentam ao mesmo tempo características democráticas e autoritárias? O que impulsionou o retorno do autoritarismo no país após os anos 2000? Como as instituições democráticas vem contribuindo para o fortalecimento de Vladimir Putin durante seu governo?

---

<sup>2</sup> Freedom House: <https://freedomhouse.org/>

O primeiro capítulo será dedicado à discussão do conceito de democracia tanto para os ocidentais quanto para os russos, com o enfoque no sistema de representatividade e no sistema eleitoral. Seguiremos definindo o regime político atual e suas principais características. Trabalharemos também com o conceito de superpresidencialismo, definindo como se orchestra os três poderes na Federação Russa e no que isso tem contribuído para o controle do governo nas mãos de Vladimir Putin atualmente.

No segundo capítulo nos dedicaremos a analisar o processo de formação do Estado russo, o que nos ajudará a obter ricas informações que contribuirão para responder as questões levantadas nesse trabalho. Junto ao processo de formação do país, daremos certa atenção a alguns dos mais notáveis czares e suas principais ações no governo. Seguiremos o capítulo descrevendo o processo que levou o país a uma ditadura socialista, um período violento e intolerante, onde a população era guiada por um líder forte e totalitário.

No terceiro capítulo será feita uma análise do processo de transição do regime socialista para uma democracia capitalista e o que essa nova experiência marcou na mentalidade da população russa. Trabalharemos também com o conceito de cultura política e analisaremos alguns gráficos que nos trazem dados quantitativos sobre o comportamento e o pensamento político da sociedade russa atual.

## CAPÍTULO 1: DEMOCRACIA E CULTURA POLÍTICA

### 1. O CONCEITO OCIDENTAL DE DEMOCRACIA

De origem grega, mais precisamente em Atenas, a forma de governo popular tem sido discutido e reinterpretado por mais de 2.500 anos. Em seu livro *Sobre a democracia* (2001), o cientista político Robert Dahl (2001) assume que a democracia “parece ter sido inventada mais de uma vez em mais de um local” (DAHL, 2001; p. 19). Com isso ele queria dizer que um governo popular pode surgir ou ser reinventado se houver condições adequadas em qualquer lugar e época. No período antigo, a forma de governo democrático se inicia na Grécia, volta a ser discutida em Roma na forma de República e tem seu fim com a ditadura de Júlio César. Após esse momento, acredita-se que a democracia só venha a aparecer por volta de 1100 d.C.

Literalmente a palavra democracia significa “poder do povo”, ou seja, o poder exercido pelo povo (AZAMBUJA, 1941). Foi na Grécia que a ideia de democracia direta se apresentou de maneira mais próxima, onde, os gregos se apropriaram de três princípios fundamentais para a prática democrática, são eles: *isonomia*, *isogoria* e *isotimia*. O primeiro diz respeito a igualdade dos cidadãos perante a lei, o segundo trata do direito do povo de se expressar na assembleia, e por último, o terceiro defende o livre acesso ao exercício das funções públicas por meio de um sorteio, no qual, a *isotimia* terminaria abolindo privilégios de grupos de classes.

A participação direta de todos os cidadãos atenienses só foi possível pelo fato de que nem todos podiam participar das reuniões. Mulheres, escravos e crianças eram excluídos das decisões e discussões a respeito do rumo da cidade. De uma população entre 230 a 240 mil pessoas, cerca de 150 mil eram escravos e das 90 mil pessoas livres, 60 mil eram mulheres e crianças, ainda contando com uma parte da população que tinha direitos mas não participavam da vida política da cidade, restava apenas um grupo que não passava de 6 mil pessoas. Esse grupo era considerado o “povo”, eram eles que se reuniam para discutir o destino do governo ateniense. Nesse sistema era necessário eleger alguns funcionários e para fazer a seleção era usado uma espécie de loteria, onde todos os cidadãos que poderiam ser eleitos detinham a mesma chance de serem escolhidos. Um cidadão comum tinha uma boa chance de ser escolhido por essa loteria pelo menos uma vez na vida para servir como o funcionário mais importante a presidir o governo (DAHL, 2001).

Relativamente no mesmo período em que a Grécia experimentava um governo democrático, Roma foi tomada pela ideia de governo popular. Apresentado como sistema de repúblicas, do latim, “*res*” significa coisa ou negócio e “*publicus*”, do povo. Em resumo, significa “a coisa pública” e que assim como na Grécia, a participação ao debate sobre a “coisa pública” era restrita aos homens livres.

Outro problema enfrentado pela democracia romana foi o fato de não terem considerado o uso de um sistema representativo através de eleições democráticas. Roma passou por um grande processo de expansão, mas jamais adaptou suas instituições de governo popular ao descomunal aumento no número de seus cidadãos e seu enorme distanciamento geográfico da cidade (DAHL,2001). As reuniões continuaram sendo na cidade de Roma excluindo boa parte da população de participarem das assembleias. A democracia romana começa a enfraquecer e tem seu fim com a ditadura de Júlio César. A ideia de um governo popular parece entrar em repouso e só vem reaparecer em cidades do norte da Itália por volta do ano 1100 d.C.

No campo das ideias, a teoria democrática apresenta três grandes tradições do pensamento político. A primeira seria a teoria clássica, representada pela teoria aristotélica onde sugere as três formas de governo (democracia, oligarquia e monarquia). Aristóteles define a democracia como o governo de muitos, que se distingue da monarquia como governo de um só e da aristocracia como governo de poucos. Logo em seguida a teoria medieval, de origem romana, apoiada na soberania popular. Em terceiro a teoria moderna, conhecida como teoria de Maquiavel, se apresenta dois tipos de governo, a monarquia e a república. A democracia para Maquiavel nada mais é do que uma forma de república (BOBBIO, 2004).

Em seu livro, Maquiavel (2012) apresenta um fator social que gera bastante instabilidade na social. Ele acredita que existem duas forças opostas dentro da sociedade, ele explica essas forças:

Porque em toda cidade se encontram estas duas tendências diversas e isso resulta do fato de que o povo não quer ser mandado nem oprimido pelos poderosos e estes desejam governar e oprimir o povo: é destes dois anseios diversos que nasce nas cidades um dos três efeitos: ou principado, ou liberdade, ou desordem. (MAQUIAVEL, 2012, cap. IX)

Seguindo este raciocínio, Maquiavel sugere duas formas de governos que seriam capazes de controlar os conflitos entre os grupos sociais: o Principado e a República. É importante lembrar que a escolha de uma dessas duas formas de governo não depende da vontade popular, como se fosse uma escolha, mas sim, uma situação. No caso, a situação em que a sociedade se encontra definirá o tipo de governo adequado.

Assim, quando a nação encontra-se ameaçada de deterioração, quando a corrupção alastrou-se, é necessário um governo forte, que crie e coloque seus instrumentos de poder para inibir a vitalidade das forças desagregadoras e centrífugas. O príncipe não é um ditador; é, mais propriamente, um fundador do Estado, um agente de transição numa fase em que a nação se acha ameaçada de decomposição. Quando, ao contrário, a sociedade já encontrou formas de equilíbrio, o poder político cumpriu sua função regeneradora e “educadora”, ela está preparada para a República. (SADEK, 2003. p.20. 21)

Durante o período clássico, a democracia considerada direta ou pura ainda era possível, pois, apenas uma minoria da população poderia participar definitivamente das decisões. Vale ressaltar que durante esse período o tamanho das cidades-estados facilitaria esse sistema de participação direta. Isso já não seria possível após a formação do Estado moderno, devido a suas dimensões geográficas e populacional. As democracias modernas teriam a necessidade de adotar um sistema representativo ou democracia indireta onde o povo não decide diretamente das coisas públicas, do governo, mas sim por meio de representantes eleitos por ele. O poder Executivo e o Legislativo não poderão ser exercidos diretamente pelos cidadãos, e sim por pessoas especialmente eleitas para isso (AZAMBUJA, 2002). O ideal democrático só pôde sobreviver a transformação das cidades-estados para o Estado moderno graças a ideia de representatividade.

A representação pode ser compreendida como um fenômeno histórico e também como uma aplicação da lógica da igualdade a um sistema político em grande escala (DAHL, 2012, p.340).

A democratização do Estado nacional só foi possível em países que já apresentavam preocupações em representar diferentes interesses sociais. Outro ponto importante citado por Dahl está na adaptação da democracia a uma “expansão ilimitada”. Sem essa adaptação, um governo democrático só seria possível em pequenas cidades com uma população reduzida. Com a adoção do sistema representativo a democracia não foi limitada pelo tamanho do Estado, como aconteceu em Roma.

Podemos dizer que a democracia representativa surgiu a partir da ratificação da constituição norte-americana pelos federalistas, esse grupo defendia a separação dos poderes, a soberania do Estado e a existência de um governo popular representativo. O federalista James Madison foi um dos principais protagonistas da criação de um governo representativo ao resolver um dos principais problemas da existência da república. Montesquieu acreditava que uma democracia só seria viável em pequenos territórios, já Madison sugere a criação de uma democracia representativa dando o nome de república (SADEK, 2003). O sistema representativo vem gerando diversas ramificações e modelos que mais se adaptam as necessidades atuais de cada país.

Na teoria política contemporânea há um debate interessante entre os diferentes tipos de democracia, principalmente entre as obras dos teóricos John Locke e Jean-Jacques Rousseau. O primeiro defendia o sistema de democracia representativa, caracterizado pelo parlamentarismo. Por outro lado, Rousseau se apresenta contrário à representação política e propõe uma democracia de forma participativa, ou seja, direta.



Segundo Locke (2004), a democracia representativa seria constituída através de um parlamento (poder legislativo), lembrando que sempre será um poder criado por meio das eleições. Locke defende essa ideia em uma passagem de uma de suas obras mais célebres:

Se o legislativo ou qualquer parte dele compõe-se de representantes escolhidos pelo povo para esse período, os quais voltam depois para o estado ordinário de súditos e só podendo tomar parte no legislativo mediante nova escolha, este poder de escolher também será exercido pelo povo. (LOCKE, 2004. p.47)

Ao contrário do que era sugerido por Locke, o teórico Rousseau defendia a democracia participativa, onde em sua obra o autor nos leva a entender que a democracia não pode ser representada e o legislativo tem que ser constituído de forma participativa, ou seja, que todos tenham a capacidade de participar das decisões políticas do Estado. Em resumo, a soberania do povo não pode de forma alguma ser representada, o povo teria que ter participação direta na elaboração das leis e interferência ativa no processo político. Segundo Rousseau, “toda lei que não foi ratificada pelo povo em pessoa é nula; não é de forma alguma uma lei” (ROUSSEAU, 1995. p.148). Ou seja, Rousseau começa por rejeitar a ideia de representação, por considerá-la alienadora da soberania e das autonomias dos indivíduos. A vontade geral é criada pelos seus representantes no legislativo, o indivíduo isolado não tem sua vontade escutada. Em resumo, quanto maior foi a participação direta do indivíduo na coisa pública maior o grau de democracia.

Paralela a discussão de representatividade e participatividade mas ainda dentro da questão democrática, está a teoria dos três poderes elaborada por Montesquieu. A instituição de um governo republicano traz com ele uma certa igualdade entres os cidadãos e isso conspirava contra a permanência do papel político da nobreza. Lembrando que em uma monarquia, a nobreza trabalha como um poder moderador, e era esse papel moderador que garantia a estabilidade no regime monárquico. Com esse mesmo raciocínio entendemos que em uma república também precisaríamos de algo que controle ou equilibre o poder.

Essa teoria trabalha a separação dos poderes, no caso, o executivo, o judiciário e o legislativo. Montesquieu menciona isso em sua obra *Espírito das leis*, quando discute sobre a constituição inglesa analisando a estrutura bicameral do parlamento britânico.

Há, em cada Estado, três espécies de poderes: o poder legislativo, o poder executivo das coisas que dependem dos direitos das gentes, e o poder executivo das que dependem do direito civil. Pelo primeiro, o príncipe, ou magistrado, elabora leis para um certo tempo ou para sempre, e corrige ou revoga as existentes. Pelo segundo, faz a paz ou a guerra, envia ou recebe embaixadas, instaura a segurança, impede as invasões. Pelo terceiro, pune os crimes, ou julga as pendências entre particulares. Chamaremos a este último o poder de julgar e ao outro simplesmente o poder executivo do Estado. (MONTESQUIEU, 2008. livro XI, cap. VI)

Preocupado com a estabilidade dos governos, Montesquieu defende a separação desses poderes como uma condição para o Estado de direito. Essas funções deveriam ser dotadas de poderes equivalentes e agir de modo independente. O significado de “independência” diz respeito à capacidade de um poder ter a capacidade de contrariar o outro, impedindo o abuso de poder de alguma dessas funções.

Também não existe liberdade, se o poder de julgar não estiver separado do poder legislativo e do poder executivo. Se estivesse ligado ao poder legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário: pois o juiz seria legislador. Se estivesse unida ao poder executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor. Tudo estaria perdido se o mesmo homem, ou o mesmo corpo de principais, ou de nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas, e o de julgar os crimes ou as pendências entre particulares. (MONTESQUIEU, 2008. livro XI, cap. VI)

Veremos mais a frente como a teoria elaborada por Montesquieu se aplica no caso russo e de que modo o poder desigual entre esses três poderes podem acarretar dificuldades para o exercício democrático de um país.

## 1.1 SOCIALISMO E DEMOCRACIA

Em seu livro, *liberalismo e democracia*, Norberto Bobbio (2011) faz uma menção do que seria a junção da ideologia socialista com a democracia. Ele demonstra que esses dois conceitos não são opostos, e sim complementares. O ideário socialista não repudia o método democrático, mas discorda quanto a junção da democracia com o liberalismo. O autor termina por apresentar duas teses para comprovar o sentido de complementariedade da democracia ao socialismo. A primeira analisa o processo de democratização que terminaria por favorecer o advento de uma sociedade socialista através da transformação do instituto da propriedade e na coletivização pelo menos dos principais meios de produção (BOBBIO, 2011). A segunda tese se apresenta a medida em que a sociedade socialista se desenvolve, também reforçaria a participação política, tornando possível a plena realização da democracia. Ao contrário do que a aliança da democracia com o liberalismo proporcionariam, a aliança entre socialismo e democracia seria capaz de gerar uma distribuição igualitária (ou ao menos mais igualitária) do poder político e do poder econômico.

## 1.2 A DEMOCRACIA SOVIÉTICA

O jurista e filósofo austríaco Hans Kelsen (2000) discute o conceito de democracia para os soviéticos. A democracia soviética, para o autor, é vista como inimiga das democracias ocidentais. Em um momento do livro ele cita que após a primeira grande guerra havia uma certa crença de que o ideário de governo popular venceria e se espalharia por outros países, porém, o surgimento da ideologia fascista italiana e a ascensão do partido nacional-socialista alemão surgiram como ameaça ao sistema democrático. Após o fim da segunda grande guerra, essas formas de governos totalitários foram derrotados, mas o perigo da democracia soviética ainda se manteve.

Para melhor entender sua crítica à interpretação soviética o autor aponta os perigos da subjetividade do significado de democracia. Em um primeiro momento Kelsen diferencia o significado de “governo para o povo” e “governo do povo”:

Já na Grécia antiga, os adversários da democracia, como Platão e Aristóteles, chamaram a atenção para o fato de que um governo do povo enquanto um governo exercido por homens inexperientes nas práticas governamentais e sem o necessário conhecimento dos fatos e problemas da vida política pode estar totalmente distanciado dos interesses do povo e, assim, revelar-se um governo contra o povo. Os autores políticos tentaram inúmeras vezes demonstrar que a autocracia, seja ela em forma de monarquia hereditária ou de ditadura de um caudilho, é uma forma de governo para o povo que um governo do povo, i.e., melhor que democracia. (KELSEN, 2000. p.141)

Tanto a democracia quanto para o seu extremo oposto a autocracia, podem ser considerado um governo para o povo. A ideologia democrática soviética se apropria dessa dupla interpretação do significado de democracia. Nesse sentido, o sistema democrático soviético passa a enfatizar a questão de que a essência da democracia é um governo voltado para o interesse da massa popular, e que a participação desta no governo é de importância secundária. (KELSEN, 2000).

Kelsen continua apontando que esse desvio de interpretação é um traço característico da doutrina soviética, segundo a qual a ditadura do partido comunista é uma democracia:

A tendência de colocar no primeiro plano da ideologia política o interesse das massas já aparece no Manifesto Comunista, onde a instauração da ditadura do proletariado, o objetivo imediato do movimento socialista, é apresentado como a vitória da democracia.[...]. Segundo essa linha de pensamento, Lenin declara que a ditadura do proletariado, isto é, a “organização da vanguarda dos oprimidos”, é “uma imensa expansão da democracia, pois esta se torna democracia para os pobres, democracia para o povo, e não [como no caso da democracia burguesa] democracia para os ricos”. [...] “Lenin nos ensinou”, segundo Pravda, “que, em uma sociedade de classes, a ditadura do proletariado representa o interesse da maioria, sendo, portanto, uma forma de democracia proletária” (KELSEN, 2000.p.146,147).

Fica claro a subjetividade do significado de “governo para o povo”, não existindo nenhum critério para avaliar o que realmente seria considerado como “interesse do povo” (lembrando de que o povo não tem uma vontade uniforme), tornando essa expressão vazia e suscetível de ser usada para justificar qualquer tipo de governo.

### **1.3 DEMOCRACIA NA RÚSSIA PÓS-SOVIÉTICA**

No caso do país estudado, as discussões a respeito da democracia surgiram tarde em comparação aos países ocidentais, onde, a Rússia mostrou seguir um rumo diferente após a queda do governo czarista. Esse modelo autoritário foi logo substituído por um modelo centralizador em forma de partido político, em que o Partido Comunista havia tomado todo o controle do Estado russo e de algumas repúblicas vizinhas, membros da União Soviética. A saída da Rússia da URSS, fez com que todo o ocidente voltasse sua atenção para o novo sistema adotado pelo país nesse momento. A transição do governo socialista para um sistema democrático e liberal foi extremamente traumático para a população russa, mas foi visto de modo positivo para os países ocidentais. Toda essa expectativa foi frustrada logo após a renúncia do primeiro presidente eleito de forma democrática, Boris Yeltsin.

O seu sucessor, Vladimir Putin, não suspendeu completamente os direitos elencados pelo sistema democrático, mas conseguiu de modo estratégico, criar um sistema que na sua carcaça seria considerado democrático com eleições diretas, “liberdade” de informação, multipartidarismo, entre outros. Por fora, o sistema adotado pela federação russa é considerado democrático, por dentro das instituições é que há um enorme controle por parte do presidente, as eleições são praticamente arranjadas, onde até a oposição é controlada e muitas vezes forjada. Como exemplo, o partido liberal democrata, que se considera oposição mas no parlamento tem se alinhado ao partido criado por Putin, o Rússia Unida. Além disso, o “multipartidarismo” também está sob controle do governo, através da taxa de barreira mínima e outros mecanismos que limitam a participação de grande parte dos partidos na Duma. Para controlar a oposição dos governos regionais, foram criados 7 distritos e a indicação dos governadores ficou ao poder do presidente (todos esses mecanismos serão discutidos com maior detalhe nos capítulos seguintes). O que precisamos entender é que o sistema político da Rússia atual mais se parece com um regime híbrido com características democráticas (eleições diretas, multipartidarismo) misturado a um alto grau de centralismo político característico de regimes autoritários, é importante salientar que não podemos declarar que a Rússia atual apresenta todas as características de regime autoritário clássico.

Os regimes autoritários clássicos são entendidos como aqueles em que não há participação dos governados no processo de escolha dos governantes, muito menos laboração na formulação das políticas e leis do Estado. Nos regimes autoritários clássicos, há um alto grau de independência dos governantes em relação aos governados, geralmente existe uma enorme repressão aos governados através do uso do aparato coercitivo do governo para reprimir os opositores (polícia e exército), caso estes tentem tirar o líder autoritário do poder. O autocrata utiliza todo o aparato militar para policiar sua população. Segundo Ricardo Correa (2010):

Os regimes autoritários mantêm estrito controle sobre o governo, mas diferentemente do totalitarismo, o autoritarismo não pretende exercer controle total sobre a sociedade, nem faz uso do terror de modo tão constante e brutal, reservando aos indivíduos algumas esferas de liberdade e independência. Por exemplo, sob regimes autoritários, a propriedade privada é um direito garantido a todos, enquanto sob o nazismo esse direito era restrito aos não judeus (que tiveram os seus bens expropriados pelo Estado), e sob o comunismo era, e continua sendo, praticamente, inexistente. (CORREA, 2010. p.95)

De fato, o que aconteceu na Rússia ao final da era soviética foi algo inesperado para a maioria dos acadêmicos ocidentais. Após o final da Guerra Fria houve uma proliferação de regimes híbridos de diferentes formas e graus, na África (Gana, Moçambique, Quênia), na América Latina (Peru, Paraguai, México), na Eurásia (Albânia, Croácia, Rússia, Sérvia, Ucrânia) e até mesmo na Ásia (Taiwan e Malásia). Alguns especialistas apostavam que o regime híbrido seria apenas adotado no período de transição desses países para uma democracia, o que posteriormente se mostrou errado. Esses países tomaram rumos diferentes, muitos se tornaram regimes autoritários, alguns se transformaram em democracias a alguns se mantiveram como regime híbrido, mostrando que não houve uma transformação em um sentido só (para a democracia).

A junção entre democracia e autoritarismo tem gerado diferentes tipos de regimes híbridos e cada um apresentando diferentes implicações na performance econômica, nos direitos humanos e no seu grau democrático (LEVITSKY, 2002). A Rússia sob o governo de Vladimir Putin foi reconhecido pelo cientista como um autoritarismo competitivo (*competitive authoritarianism*), sendo um tipo peculiar de regime híbrido.

Segundo Levitsky (2002), esse tipo de regime utiliza as instituições democráticas como meio para obter e aumenta a autoridade política. Além disso, devemos distinguir o autoritarismo competitivo dos regimes democráticos e também não podemos classificá-lo como autoritarismo clássico. Em seu artigo, Levitsky (2002) detalha como se desenvolve o autoritarismo competitivo definindo primeiramente as premissas de um regime democrático moderno em 4 critérios: 1) legislativo e executivo serão eleitos por meio de eleições diretas, livres e justas; 2) todos os adultos possuem o direito de votar; 3) direito político, liberdade civil (liberdade da mídia, livre associação e

liberdade para criticar o governo); 4) as autoridades eleitas não poderão estar sujeitos ao controle tutelar de líderes militares e ou a líderes religiosos. Lembrando que, até em um regime democrático podem ocorrer violações de alguns desses critérios mas não é algo que ocorra frequentemente.

Já em um regime autoritário competitivo, as violações dos critérios citados acima acontecem com uma maior frequência e geralmente torna impossível um campo de batalha justo entre o governo e a oposição. Fraudes eleitorais, controle da mídia, manipulação dos resultados eleitorais, os membros da oposição (jornalistas e candidatos) são muitas vezes espionados, perseguidos, presos ou até mesmo exilados. Sabendo disto, podemos concluir que regimes autoritários competitivos não podem ser entendidos como democráticos. Da mesma maneira que não podemos encarar um regime autoritário competitivo como democrático, não podemos considerá-lo completamente autoritário. No autoritarismo competitivo não há intenção de extinguir a democracia, mas sim de manipular as regras democráticas, sem violar abertamente essas regras.

O autoritarismo competitivo apresenta quatro “arenas” onde a oposição pode tentar desafiar e até mesmo derrotar o líder autoritário e seu governo. São elas: a arena eleitoral; a arena legislativa; a arena judicial; e a mídia, onde a arena eleitoral é considerada a mais importante. Sabemos que nos regimes autoritários tradicionais, as eleições praticamente não existem, e se existir, não apresenta ameaça alguma ao governo vigente, não existe uma competição real. Já no autoritarismo competitivo, as eleições apresentam certo grau de disputa, entre o presidente e os candidatos de oposição. Não podemos negar que a batalha eleitoral seja justa, pois o líder autoritário frequentemente conta com o poder do estado, podendo perseguir e prender os seus oponentes eleitorais e ainda pode contar com o domínio sobre a mídia. A cobertura internacional das eleições também serve como ameaça ao autocrata, pois, se houver a confirmação de fraude eleitoral, as entidades estrangeiras podem denunciar e isso poderia derrubar o líder autoritário. Em resumo, na arena eleitoral, o autocrata terá que levar a disputa a sério, pois ainda há um certo risco dele ser derrubado.

Nos regimes autoritários tradicionais a arena legislativa praticamente não existe, e se existir, ela está completamente sob controle do partido dominante, tornando impossível um conflito entre o legislativo e o executivo. Entretanto, no regime autoritário competitivo, não é necessariamente assim que acontece. O legislativo pode apresentar um local onde a oposição pode tomar força e muitas vezes denunciar as políticas do governo. Foi o caso do Partido Comunista, que era maioria no legislativo e fez uma forte oposição durante o governo de Boris Yeltsin.

O líder de um regime autoritário competitivo geralmente busca subordinar o poder judiciário ao seu favor, seja através de suborno, impeachment<sup>3</sup>, extorsão ou até cooptação. A partir do

---

<sup>3</sup> Segundo a Constituição da Federação da Rússia (1993), no Art. 83º os poderes do presidente: c) decide sobre as demissões do Governo; f) apresenta candidatos ao Conselho da Federação para a nomeação como juizes do Tribunal Constitucional da Federação da Rússia, da

momento em que o poder executivo não conseguir ter o controle do judiciário, aparece uma oportunidade para a oposição, criando uma arena favorável para o mesmo. Se o líder autoritário começar a punir juízes que vão de contra o seu governo mostrara que o poder judiciário não está agindo de forma independente. Isto pode gerar um alto custo para o seu governo, pois teria que enfrentar uma indagação quanto a legitimidade do seu governo, tanto no âmbito doméstico como no internacional. Esta seria a terceira arena.

Por último, a mídia. Em um regime autoritário tradicional, a mídia é controlada pelo estado, há um alto grau de censura e repressão, no qual, jornais e emissoras independentes tendem a ser proibidas pela lei, jornalistas que criticam o governo correm o risco de serem deportados e até mesmo assassinados. Em um regime autoritário competitivo não há uma proibição efetiva à mídia independente, pelo menos não na forma agressiva que ocorre em regimes autoritários. A repressão no regime competitivo se dá por meios mais sutis, no caso russo, a mídia é controlada pelos grandes empresários da área petrolífera ou de gás natural, geralmente esse grupo é simpatizante do governo. É importante salientar que, se houver uma repressão a mídia, o líder autoritário pode vir a enfrentar algumas ondas de protestos gerando instabilidade em seu governo.

Vladimir Gel'man (2014) em seu artigo, adere a ideia de autoritarismo competitivo mas sugere outro nome para o tipo de regime da Rússia pós-soviética: o autoritarismo eleitoral. Ele utiliza esse conceito pois acredita que na Rússia, as eleições são importantes, em contraste com o processo eleitoral de um regime autoritário clássico, conhecido como eleições sem uma real escolha (*elections without choice*). Embora que na Rússia as eleições sejam livres e diretas, há mecanismos legais e ilegais que proporcionam uma batalha eleitoral injusta para a oposição, como exemplo as altas barreiras para a participação dos partidos e dos candidatos, dificuldade do acesso da oposição ao financiamento eleitoral e a mídia.

Para manter um regime autoritário nesses moldes, o líder tem que ser capaz de diminuir a vulnerabilidade do regime as influências ocidentais, além de combater qualquer fraqueza das suas capacidades coercitivas e garantir que o partido dominante se mantenha no poder. Por esse motivo, os líderes russos tendem a construir um monopólio político sem igual, através dos aparatos coercitivos do Estado e do partido de poder. Durante este trabalho, olharemos detalhadamente para cada mecanismo que torna possível construir um regime autoritário na Rússia atual, focando nas estratégias utilizadas pelo presidente Vladimir Putin durante seus dois mandatos como presidente da Federação Russa.

---

Suprema Corte da Rússia, do Alto Tribunal de Arbitragem da Federação da Rússia, assim como a candidatura do procurador-geral da Federação da Rússia; apresenta proposta para o Conselho da Federação de demissão do Procurador-Geral da Federação da Rússia; nomeia juízes de outros tribunais federais;

## 1.4 A CONSTITUIÇÃO DE 1993 E O SUPERPRESIDENCIALISMO

Antes de trabalharmos sobre a constituição, devemos lembrar uma das teorias mais importantes da área política, criada por Montesquieu, a teoria dos três poderes descreve a importância da separação e da autonomia das estruturas de poder do Estado. Segundo o autor:

Quando se reúne na mesma pessoa, ou no mesmo corpo de magistratura, o poder legislativo e o poder executivo, não existe liberdade; porque pode-se temer que o próprio monarca, ou o próprio senado, faça as leis tirânicas para executá-las tiranicamente. (MONTESQUIEU, 1748. livro XI, cap. VI)

Quanto maior for o grau de independência mais garantido seria a validade do Estado democrático. Essa autonomia não pode ser confundida com o isolamento desses poderes, pois, ainda segundo o teórico, há uma necessidade de complementariedade, os poderes têm que agir de um modo independente mas para um melhor funcionamento do governo, há de ocorrer a comunicação dos mesmos.

Embora que na estrutura do governo russo os três poderes sejam bem definidos, podemos notar que o executivo apresenta um poder desproporcional aos outros dois poderes. Isso fica mais claro a partir do momento em que paramos para analisar a constituição.

Analisaremos rapidamente a Constituição da Federação da Rússia de 1993, a quinta constituição feita desde 1918. Esse documento foi elaborado por uma comissão constituinte liderada pelo primeiro presidente da Federação da Rússia, Boris Yeltsin. No final do ano de 1993, Yeltsin consegue dissolver o Soviete Supremo, conhecida como a mais alta instância do poder legislativo da URSS. O Soviete Supremo era o único que teria o poder de passar emendas constitucionais, com isso, o presidente consegue acabar com a crise entre o parlamento e o executivo e pôde criar uma estrutura de governo conhecida como “pirâmide presidencial” ou “poder vertical”. A pirâmide presidencial se dá pelo sistema onde o há um poder executivo forte, controlado por pessoas leais escolhidas pelo presidente.

Analisaremos os artigos da constituição russa<sup>4</sup> que mencionam os poderes e deveres do presidente:

---

<sup>4</sup> Constituição oferecida pelo Centro de estudos russos da Universidade de Brasília; no site: <http://www.cer.unb.br/>.



**Artigo 83º**

O presidente da Federação da Rússia:

- a) nomeia o Presidente do Conselho de Governo da Federação da Rússia, em consentimento da Duma Estatal;
- b) tem o direito de presidir as reuniões do Governo da Federação da Rússia;
- c) decide sobre as demissões do Governo;
- d) apresenta à Duma um candidato para o cargo de presidente do Banco Central da Federação da Rússia, levanta perante a Duma a questão da demissão do presidente do Banco Central da Federação da Rússia;
- e) nomeia e demite os ministros federais e o Vice-Presidente do Conselho de Governo da Federação da Rússia, de acordo com a sugestão do Presidente do Conselho de Governo da Federação da Rússia;
- f) apresenta candidatos ao Conselho da Federação para a nomeação como juízes do Tribunal Constitucional da Federação da Rússia, da Suprema Corte da Rússia, do Alto Tribunal de Arbitragem da Federação da Rússia, assim como a candidatura do procurador-geral da Federação da Rússia; apresenta proposta para o Conselho da Federação de demissão do Procurador-Geral da Federação da Rússia; nomeia juízes de outros tribunais federais;
- g) forma e chefia o Conselho de Segurança da Federação da Rússia, cujo estatuto é determinado por lei federal;
- h) aprova a doutrina militar da Federação da Rússia;
- i) forma a Administração do Presidente da Federação da Rússia;
- j) nomeia e destitui representantes plenipotenciários do presidente da Federação da Rússia;
- k) nomeia e destitui o Comando Supremo das Forças Armadas da Federação da Rússia;
- m) nomeia e convoca de volta, após consulta com comitês e comissões da Assembléia Federal, representantes diplomáticos da Federação da Rússia em países estrangeiros e organizações internacionais.

### **Artigo 84º**

O presidente da Federação da Rússia:

- a) convoca as eleições da Duma Estatal, em conformidade com a Constituição da Federação da Rússia e da lei federal;
- b) dissolve a Duma Estatal, nos casos e forma estipulados pela Constituição da Federação da Rússia;
- c) convoca o referendo sob os procedimentos estabelecidos pela lei constitucional federal;
- d) apresenta propostas de lei para a Duma Estatal;
- e) assina e promulga leis federais;
- f) se refere à Assembleia Federal com relatórios anuais sobre a situação no país, sobre as principais diretrizes da política interna e externa

O presidente, em alguns casos específicos, tem o poder de dissolver a Duma Federal, pode também, decretar leis sem a necessidade da aprovação legislativa, desde que não fira a constituição. Além de ter o poder de criar referendo, geralmente esse seria um procedimento feito pelo legislativo. Fica claro que o poder está concentrado excessivamente nas mãos do presidente, lembrando que na campanha presidencialista de 1996, havia um movimento pela parte do legislativo e alguns candidatos a presidência defendiam a redução ou eliminação do poder executivo. Em resposta, Yeltsin defendeu a estrutura de poder vertical e enfatizou de que a população desejava um governo forte.

Outro detalhe importante sobre o poder executivo diz respeito ao processo de impeachment, considerado quase que impossível. Para recorrer ao impeachment do presidente, a Duma tem que ter dois terços de voto culpando o presidente de traição ou algum outro crime grave. O caso é levado para o judiciário, se o processo for validado, o processo volta para a Duma e lá terá uma nova votação para então removê-lo, também tendo que atingir dois terços e no prazo de três meses contando do dia da acusação. Cabe ao presidente escolher o primeiro-ministro que ficará no seu lugar, se a Duma o rejeitar, outro será indicado, conseqüentemente se a Duma rejeitar três vezes os indicados, o presidente poderá dissolver a Duma. O presidente Yeltsin usou desse mecanismo diversas vezes, ameaçando a Duma caso os deputados não se submetessem à sua vontade. Um exemplo disso foi quando Yeltsin nomeou Vladimir Putin para ser seu primeiro-ministro.

O judiciário também não foge da regra. Os líderes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal são escolhidos entre aqueles candidatos que se apresentassem leais ao presidente. Em resumo, o judiciário é incapaz de conter as medidas autoritárias do presidente e também tem certa dificuldade de conter a corrupção que ocorre entre os membros do governo. Tudo isso tem facilitado a formação de um governo autoritário mascarado por instituições democráticas, impossibilitando qualquer mudança para uma democracia mais justa e com a participação da população de fato.

## 1.5 CULTURA POLÍTICA

Compreender melhor o comportamento político da civilização russa se tornou o ponto-chave de todo este trabalho. Uma das principais abordagens que nos ajudará a analisar o pensamento e o comportamento dos russos nessa área se dá através do estudo da cultura política. Essa ferramenta nos proporcionará a criação de um “mapa” de como as pessoas pensam e se comportam no cenário político, nos permitindo até a identificar certos padrões diante de tantas informações individuais e dispersas (NEWTON & DETH, 2010).

A cultura política apresenta um vasto campo de pesquisa social, onde o estudioso terá que lidar com diversas variáveis de uma determinada nação. Por exemplo, o grau de confiança ou intolerância apresentada pela população, a análise do grau de alienação/apatia dos cidadãos, a aceitação ou recusa a determinadas formas de ação política e instituições em detrimento de outras, a identidade partidária e até mesmo o modo como os conflitos políticos internos e externos são percebidos e solucionados.

O ponto positivo de estudar a cultura política de um determinado país, é que pode nos permitir trabalhar com dados que geralmente são ignorados, como confiança social ou orgulho nacional. Serve também como um link entre a relação dos indivíduos (micropolítica) com as instituições o com o Estado (macropolítica) (NEWTON & DETH, 2010). Para esse trabalho, o estudo da cultura política se torna essencial, pois nos permite analisar a história e as tradições do país e depois construir uma relação com a realidade atual do cenário político russo.

Acredita-se que o retorno de um regime autoritário durante o governo de Vladimir Putin possa ser explicado apenas pela repetição de um padrão já conhecido na trajetória histórica russa, principalmente por apresentar um passado que abarca quase 700 anos de governos autoritários, seja pela figura do czar ou com um ditador comunista. Não poderemos dizer que a cultura política da sociedade russa atual esteja apenas a repetir um padrão do período czarista ou soviético só porque eles fazem parte seu passado. É importante ressaltar que todos os fenômenos que englobam a

cultura política não são estáticos, o tornando mesmo que lentamente, dinâmicos. A mentalidade da população vai mudando de acordo com o tempo e com os acontecimentos.

Atrelado ao seu passado autoritário, a cultura política da população russa atual também apresenta novos dilemas, como a própria experiência democrática durante o governo Yeltsin, o que também teria contribuído para criar uma nova percepção de política no país. Quando perguntamos a população qual seria o melhor tipo de governo para a Rússia, teremos alguns dados interessantes, como segue o quadro abaixo:

Quadro 1 – Survey: Qual o melhor tipo de governo para a Rússia?

	Governo Democrático (%)	Líder Forte (%)	Não soube responder (%)
1991	51	39	10
Verão de 2002	21	70	9
Primavera de 2005	28	66	6

Nota: os entrevistados foram questionados se preferem um governo democrático ou um líder forte para resolver os problemas do país.<sup>5</sup>

No período de transição, entre o final do regime soviético e o surgimento do governo democrático em 1991, a população estava “apostando” em um sistema realmente democrático, como mostra o Quadro 1, em 1991, 51% dos entrevistados eram a favor de um governo democrático, porém, com o desenrolar da abertura econômica, a experiência democrática se tornou um pesadelo. A população acredita que Yeltsin era um líder fraco e que não conseguia controlar os governos regionais e a oligarquia. Com a entrada de Putin na presidência e seu modelo de governo autoritário e centralizador nos anos 2000, passa a contar com o apoio da população, contando com 70% dos entrevistados em 2002.

Uma segunda pesquisa elaborada pelo por Colton e McFaul (2001), nos proporciona outra visão interessante sobre o comportamento político da população russa nos anos de 1991-1999. Em seu artigo, os dois autores indicam que uma boa parcela da população russa não estava de acordo com a decisão do governo a respeito da dissolução da União Soviética.

Em outra pesquisa, o desempenho político de Putin no governo foi avaliado. Sabemos que ele conseguiu de certa maneira contar com a “sorte” econômica durante os primeiros anos de seus primeiros mandatos que lhe garantiram uma maior aprovação popular. Mesmo diminuindo o caráter democrático do país como foi discutido em tópicos anteriores, Putin contou com a aprovação popular até mesmo no período de crise econômica.

<sup>5</sup> Note: Respondents were asked whether Russia should rely on a democratic form of government to solve the country's problems or a leader with a strong hand. Source: Pew Research Center.

Quadro 2 – Ponto de vista da população sob o governo de Putin (2009)

Pergunta: Você poderia dizer que após 10 anos suas esperanças relacionadas a Putin seriam realizadas?	%
Definitivamente Sim / Maioria Sim	58
Maioria Não / Definitivamente Não	24
Eu tenho e tinha nenhuma esperança	11
Difícil de responder	7

Fonte: The Levada-Center poll, 28-31 de agosto de 2009. Solyanskaya, Ksenia (Солянская Ксения). “Putin has justified a half of hopes (Путин оправдал половину надежд)”, Gazeta. Ru.

09/09/2015 ([http://www.gazeta.ru/politics/2009/09/15\\_a\\_3260899.shtml](http://www.gazeta.ru/politics/2009/09/15_a_3260899.shtml), em Russo).

Importante ressaltar que em 2009 Putin ocupava o cargo de primeiro-ministro da Rússia enquanto Medvedev era o presidente. Nesse quadro podemos notar que a população aprovou os dez primeiros anos de governo de Putin, mesmo no período de recessão econômica entre 2008-2009, a admiração pelo ex-agente da KGB continuou grande. Um detalhe deste período foi que a população terminou não culpando o primeiro-ministro (que é responsável pela economia) pela queda de crescimento econômico no país, na verdade, a população culpava os ministros e o alto nível burocrático do país.

No cenário atual, podemos dizer que pouca coisa mudou na mentalidade da população russa, apesar do governo de Putin ter se tornado cada vez mais autoritário, controlando o parlamento e a mídia, dificultando o trabalho das ONGs estrangeiras de atuar no país, reprimindo os jornalistas e ativistas da oposição, uma boa porcentagem da população continua a confiar em seu governo. Vale lembrar que há um certo medo por parte da população de mudanças drásticas no sistema político do país, o que dificulta a manutenção do poder. Em 2016 foram feitas novas pesquisas a respeito da confiança da população entre os políticos que compõe o governo atual.

Quadro 3 – Confiabilidade dos políticos (6 de novembro 2016)

Candidato	Maior confiança	Menor confiança
Putin, V.	56	3
Medvedev, D.	9	11
Zyuganov, G.	5	10
Mironov, S.	2	3
Prokhorov, M.	0	0

Nota: Os dados são apresentados com base em pesquisas nacionais representativas. A amostra compreende entrevistados de 138 pontos de votação em 46 regiões da Rússia. A margem de erro não excede 3,4%. dados retirados do “Russian Public Opinion Research Center” (VCIOM). Disponível em: <http://wciom.com/>. Acesso em 15/11/2016.

Quadro 4 – Você geralmente aprova ou desaprova o...?

<b>Aprovação</b>	<b>16 de Outubro de 2016</b>	<b>23 de Outubro de 2016</b>	<b>30 de Outubro de 2016</b>	<b>6 de Novembro de 2016</b>
Presidente da Federação Russa	82,7	82,8	83,6	<b>82,0</b>
Primeiro-ministro da Federação Russa	57,5	54,9	55,3	<b>58,5</b>
Governo da Federação Russa	59,2	56,1	57,5	<b>61,1</b>

<b>Aprovação</b>	<b>Julho de 2016</b>	<b>Agosto de 2016</b>	<b>Setembro de 2016</b>	<b>Outubro de 2016</b>
Duma estatal	45	47	40	<b>46</b>
Conselho Federal da Federação Russa	46	46	42	<b>46</b>

Nota: Os dados são apresentados com base nos inquéritos de toda a Rússia. Cada pesquisa inclui 1600 entrevistados em 138 centros populacionais em 46 regiões. O erro estatístico não excede 3,4%. Pergunta ao entrevistado: Do you generally approve or disapprove of the...?. dados retirados do “Russian Public Opinion Research Center” (VCIOM). Disponível em: <http://wciom.com/>. Acesso em 15/11/2016.

O Quadro 4 nos mostra a porcentagem de aceitação de alguns dos poderes do governo, de modo geral, há uma relativa aprovação de toda a estrutura governamental. Mas podemos notar que a porcentagem da aprovação do presidente é maior que a da Duma, o governo aparenta ter mais a cara de uma figura política, representada pelo poder executivo, considerado o mais forte na divisão de poderes do governo russo.

Após a crise econômica de 2008-2009, as manifestações e protestos contra o governo voltam a crescer mas não englobam uma grande parcela da população. Em uma pesquisa elaborada pelo Instituto Levada em 2016, pode nos dar uma dica a respeito da opinião popular sobre as manifestações no país.

Quadro 5 – Se protestos com reivindicação política tomarem força, você pessoalmente tomaria parte dela?

	Abril 2013	Abri 1 2014	Abril 2015	Junho 2015	Agosto 2015	Outubr o 2015	Dezembr o 2015	Fevereiro 2016	<b>Abril 2016</b>
Provavelmente Sim	12	10	11	8	10	8	10	12	<b>8</b>
Provavelmente Não	80	85	82	87	84	85	82	81	<b>83</b>
É difícil de responder	8	5	7	5	6	7	8	7	<b>8</b>

*Nota: Esta pesquisa ocorreu entre 22 e 25 de abril de 2016 e foi realizada em toda a Rússia, tanto em ambientes urbanos e rurais. A pesquisa foi realizada entre 800 pessoas com idade superior a 18 anos em 137 localidades de 48 das regiões do país. A pesquisa foi realizada como uma entrevista pessoal nas casas dos respondentes. A distribuição da resposta é apresentada como percentagens do número de participantes, juntamente com dados de pesquisas anteriores. O erro estatístico destes estudos não excede 3,4%. Pergunta original: If protests with political demands take place, will you take part in them?. Disponível em: <http://wciom.com/>. Acesso em 15/11/16.*

O Quadro 5 nos mostra um dado interessante da relação que a população russa tem com a política em si, a apatia/alienação aos temas políticos contribuem para a falta de participação popular de um modo geral. Os russos tendem a não acreditar que a sua atuação (aprovar ou desaprovando o governo) seja capaz de alterar o cenário político no país. A ideia de participar de uma manifestação parece ser pouco difundida.

Ao analisar algumas pesquisas públicas na Rússia, notamos que apenas uma pequena parcela da população tem interesse a respeito da oposição política do país. O apoio a oposição pela sociedade é fraco, algumas dos principais personagens da oposição são desconhecidos ou visto de forma negativa.

## 1.6 METODOLOGIA

A pesquisa foi predominantemente de cunho qualitativo, como pretendemos investigar toda uma trajetória histórica da sociedade russa desde os tempos de sua formação até os dias de hoje, utilizaremos o método histórico, conforme Lakatos (2009), este método consistiria em investigar a influência do passado na sociedade de hoje. A sociedade que vivemos hoje provém de uma construção temporal, por isso há uma necessidade de estudarmos as origens dos costumes, das instituições quando e em que condições elas surgiram. Como trataremos do fenômeno democrático e o seu choque com a tipologia do governo atual da Rússia, percebemos que seria de grande importância adotar o método histórico, pois nos permitiria criar uma rede de informações e

fenômenos entrelaçados, dando um sentido de continuidade que facilitará a nossa percepção do desenrolar histórico da formação do Estado russo, a importância do regime autoritário nesse processo e no que isso tem influenciado na percepção do governo atual.

Associado ao método histórico utilizaremos o método do *single case as a comparative study*. Segundo Todd Landman (2008), este método nos permite analisar um dado concreto, deduzindo suas semelhanças, diferenças e características gerais. Acreditamos ser o mais adequado para interpretar e descrever os fenômenos políticos no país. Entenderemos quais são as suas peculiaridades e o porquê desse país não se encaixar nas expectativas do que ocorreram nos outros países de um modo geral.

No caso da Rússia, usaremos o método sugerido para tentarmos entender o porquê desse país não ter se tornado uma democracia aos moldes ocidentais. Lembrando que, após a queda da URSS, alguns países do leste europeu passaram por um período de transição do governo socialista para uma democracia, mas muitos deles não seguiram o rumo democrático. No caso desses países, o que se viu foi surgir tipos de regimes híbridos, uma mistura de democracia e autoritarismo, e em alguns casos particulares, até voltaram para um regime autoritário. Como estudaremos um caso único, o russo, trataremos de diferenciar e definir o regime autoritário de alguns períodos específicos.

O último governo monárquico da Rússia deve ser bem compreendido, o autoritarismo naquele período foi exercido pelo czar Nicolau II, da dinastia Romanov, que perdurou por três séculos. O reinado de Nicolau II foi de 1894 até a Revolução Socialista em 1917. O czar Nicolau ficou conhecido como “O sanguinário”, devido ao que ocorreu no evento que ficou conhecido como “domingo sangrento”, um massacre ocorrido em São Petersburgo, contra manifestantes, e também pelos programas antisemitas elaborados por ele.

Em segundo caso, olharemos atentamente para o Regime soviético nas mãos de Josef Stalin e a forma como o autoritarismo se deu nesse período. Seu governo durou de 1922 à 1953, e o seu regime foi marcado por violações constantes de direitos humanos, massacres, expurgos, execuções e fome. Nesse período, o autoritarismo foi exercido através de um partido político, o Partido Comunista da União Soviética, por meio deste, Stalin consegue o controle geral de toda a União Soviética, instituindo um governo totalitário, onde “todas as instâncias da vida do cidadão era controlada pelo Estado” (HANNAH ARENDT, 2012). Logo após a queda da União Soviética, a expectativa ocidental era de que a Rússia enfim vivenciaria um governo democrático junto com as ex-repúblicas soviéticas, o que não ocorreu. Após o traumatizante governo de Boris Yeltsin, a Rússia vem demonstrando o fortalecimento de um regime de caráter mais autoritário do que democrático.



O terceiro governo que analisaremos será o do presidente Vladimir Putin, que vem governando o país desde a renúncia do presidente Yeltsin em 1999. Seu governo foi marcado por grandes reformas políticas e econômicas e um alto grau de centralismo político nas mãos do poder executivo. Putin muitas vezes referido como um novo czar, seu governo foi muitas vezes comparado ao regime soviético.

Na bibliografia, utilizaremos artigos como o de Michael McFaul e Timothy Colton (2001), onde apresentam dados criados através de pesquisa de campo com a própria população russa. Esses dados serão relevantes para discutirmos a questão de pesquisa, além de outros artigos que trabalham o conceito de autoritarismo eleitoral e autoritarismo competitivo, o que nos ajudará a entender as características do regime político atual da Federação da Rússia. Para construir a base histórica do país, contaremos com a obra Paul Bushkovitch (2014), professor de história da Universidade de Yale, e o autor brasileiro Angello Segrillo (2014), que trabalha o momento de transição entre o final da União soviética até a era Putin. Para trabalhar a questão partidária, contaremos com alguns artigos e com uma segunda obra do historiador Segrillo (2005).

Utilizaremos também, dados levantados pelo Instituto Levada, no momento em que trabalharmos com os índices eleitorais e o instituto Freedom House, quando tratarmos das questões democráticas, liberdade política e de direitos humanos pelo mundo.

## CAPÍTULO 2: FORMAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS REGIMES AUTORITÁRIOS NA RÚSSIA

### 2.0 FORMAÇÃO DO ESTADO RUSSO

A saga do maior país do mundo<sup>6</sup> começa a 836 km de distância do seu território atual na Ucrânia, mais precisamente onde hoje é a sua capital, Kiev. O Estado Kieviano ficou conhecido como Rus' de Kiev e existiu do século IX ao XIII, uma confederação de cidades-Estado com vassalagem ao Grande Príncipe da cidade de Kiev, onde o poder era descentralizado e a sociedade desunida. Trazendo para a configuração atual dos países, a Rus' ocupava todo o território da Bielorrússia, a metade setentrional da Ucrânia e o Centro e o Noroeste da Rússia europeia. Sua população era composta pelos eslavos orientais, pois naquela época ainda não havia surgido a diferenciação entre grão-russos (os russos atuais), pequeno-russos (ucranianos) e russos brancos (bielo-russo) (SEGRILLO, 2012).

Segundo Brushkovitch (2014), a Rus' de Kiev nem poderia ser considerada um Estado, ela era mais uma assembleia de tribos governadas a partir de Kiev por um príncipe da dinastia Rurik e seu bando guerreiro conhecido como *druzhina*. Essas tribos teriam que pagar tributos aos príncipes de Kiev.

A população era pagã até entrar em contato com Constantinopla, os príncipes de Kiev atacaram-na diversas vezes antes de firmar contrato com o imperador, regularizando sua condição como mercadores. A princesa Olga se converteu ao cristianismo e governou o reino até 962 d.C. O neto de Olga, Vladimir, o Grande, também se converteu ao cristianismo de Constantinopla. Existem duas histórias registradas por uma crônica que relata como se deu a conversão do príncipe Vladimir a religião cristã. Segundo essa crônica a decisão saiu de um ataque contra a cidade bizantina de Quersoneso:

O ataque terminou com um compromisso segundo o qual os gregos conservariam sua cidade, mas Vladimir desposaria uma princesa bizantina e se tornaria cristão. Outro relato é que cada vizinho sugeriu que ele adotasse a sua religião. Primeiro veio um muçulmano de Bulgária do Volga que soou muito convincente, até que Vladimir soube da proibição de bebidas alcoólicas. “A alegria de Rus é a bebida”, ele disse ao búlgaro, e mandou-o embora. Em seguida Vladimir voltou-se para Roma e os rituais e jejuns pareciam atraentes, mas a objeção foi que os antepassados dos rus haviam rejeitado o cristianismo latino. Então veio um judeu cazar, mas o judaísmo fracassou por causa do exílio dos judeus, claramente um sinal da cólera divina. Então veio um “filósofo” grego e explicou o cristianismo, fazendo um breve relato do novo e do velho testamento, ressaltando a queda e redenção do homem. [...] A escolha recaiu sobre o cristianismo como patriarcado em Bizâncio e determinou o lugar de Rus' de Kiev, e mais tarde da Rússia, na cultura europeia por séculos. (BUSHKOVITCH, 2014 p.31)

<sup>6</sup>. No período do Império Czarista e na Antiga União Soviética, a Rússia chegou a ocupar certa de 22,4 milhões de km<sup>2</sup>, quase um sexto de toda a superfície terrestre. Atualmente o país ocupa cerca de 17 milhões de km<sup>2</sup>.

Com sua escolha, Vladimir ordena que o povo de Kiev seja batizado no rio Dnirper e a religião foi se espalhando lentamente por toda Kiev. É importante ressaltar que até então, a Rus' kieviana não tinha uma religião central, segundo Segrillo (2012), a adoção de uma religião oficial central monoteísta seria um fator integrador do desunido e descentralizado Estado kieviano.

O fato de que Vladimir tenha ordenado o batismo de toda a sociedade mostra a relação que o príncipe teria com a igreja. Segrillo (2012) apresenta essa visão:

Essa conversão de cima para baixo, por ordem do príncipe, seria paradigmática da relação da Igreja com o Estado na Rússia. Assim como em Bizâncio, e ao contrário do Ocidente – onde eram frequentes os embates entre poderes temporais e eclesiásticos-, Igreja e Estado se tornariam historicamente imbricados em uma relação simbiótica na Rússia, com preponderância para o monarca temporal. (SEGRILLO, 2012, p. 105)

Podemos notar então, que a igreja na Rússia está sempre subordinada ao Estado, mas ela não se tornou menos importante por isso, na verdade a religião ortodoxa tem uma força enorme na sociedade russa até os dias de hoje. A ortodoxia é considerada a pedra angular definidora do caráter da civilização russa.

Até mesmo no período soviético, a religião ortodoxa conseguiu se manter. O governo soviético vinculava a religião ortodoxa ao regime czarista e passou a vê-la como inimigo. O Estado soviético terminou por adotar o ateísmo como sua doutrina no campo espiritual e as escolas passaram a adotar no currículo a disciplina de “ateísmo científico” (SEGRILLO, 2012).

Mas é importante lembrar que apesar de o Estado ter adotado o ateísmo, não significou o fim da religião ortodoxa naquele período, a religião em si não foi proibida, havia liberdade religiosa, pois, o ato de praticar a religião nunca foi proibido, mas o ato de pregar era extremamente controlado pelo Estado. O que vale ressaltar neste período é que o padrão de subordinação da igreja ao Estado continuou no período soviético. Essa submissão levou a uma separação dentro da própria igreja ortodoxa, Segrillo descreve esse momento:

O patriarcado de Moscou, após as contendas iniciais, realizava suas atividades e não criticava abertamente o Estado soviético. Mesmo na época das campanhas antirreligiosas, como a de Khrushchev em 1959, o patriarcado de Moscou não as denunciava ao mundo exterior. Essa atitude de acomodação com o Estado comunista causou um racha dentro da Igreja. Desses embates, surgiu a dissidência da Igreja Ortodoxa Russa no Exterior (com futura sede em Nova York), que denunciava a atitude excessivamente dócil da Igreja Ortodoxa Russa oficial. No período pós-soviético, em 2007, as duas entidades se reunificaram. (SEGRILLO, 2012, p. 109)

Logo após a abertura da Glasnost a religião ortodoxa surgiu com bastante força na Rússia, a população vivia num clima de incertezas das mudanças que estavam por vir. Pessoas que cresceram sem nenhuma religião passaram a se esforçar a acreditar em um Deus e a aprender (ou reaprender)

os rituais religiosos. O fato mais relevante é o de que atualmente cerca de 70% da população russa se identifica com a religião ortodoxa, tornando-a forte e capaz de influenciar fortemente a sociedade atual, como exemplo, as questões das lutas LGBT que são fortemente reprimidas pelo Estado e pela igreja. O combate contra a Aids também se torna complicado no país, pois o governo não se compromete com as políticas preventivas, não há uma discussão séria sobre o assunto com os jovens. Tanto que o país hoje enfrenta uma epidemia de Aids com mais de 1 milhão de infectados e mais de 200.000 mortos.

A Rus' kieviana também apresentava uma configuração política curiosa, onde o príncipe de Kiev partilhava seu poder junto aos seus guerreiros, conhecidos como *druzhina*, esse grupo poderia ser considerado um exército mas também possuíam a função de conselheiros do príncipe. Além desse grupo, existia a *veche*, ou assembleia popular, composta por todos os homens livres. Uma das principais cidades era Novgorov, importante no comércio, o príncipe dessa cidade era eleito através da *veche*, dessa maneira podemos notar certos elementos democráticos durante o período pré Rússia czarista.

Caminhando para a formação do Estado russo em território moscovita, temos um episódio que terminou por marcar psicologicamente a sociedade russa até os dias atuais. Em 1237, a Rus' de Kiev foi invadida e conquistada cinco anos depois pelos mongóis e passou os próximos dois séculos sob domínio dos mesmos. Um detalhe importante sobre o domínio mongol era de que o imperador (*Khan*) cobrava apenas submissão política, não interrompendo no dia a dia dos conquistados, deixando-os manter seus líderes, sua religião e sua cultura (SEGRILLO, 2012).

Segundo Bushkovitch (2014), a vida sob o domínio mongol não teve grandes mudanças, dentro do antigo Rus' de Kiev os príncipes ainda brigavam entre si por terra e poder, as cidades estavam se recuperando da invasão e os principados ainda teriam que pagar os impostos aos mongóis. Um detalhe importante é que a relação de vassalagem que uniam as cidades-Estado da Rus' de Kiev foram cortados. O principal motivo das brigas entre os príncipes era a conquista do grão-principado de Vladimir, quem controlasse essa cidade teria a supremacia de toda a região e até de Novgorod. O ponto alto desses conflitos foi a luta entre os príncipes de Tver e Moscou para conquistar as terras e o título de Vladimir. Moscou termina conquistando o principado de Vladimir dando origem ao mesmo tempo o Estado Russo.

O Grão-ducado de Moscou (Moscóvia), mesmo sob domínio mongol se transformou em um Estado centralizado e iniciaria sua caminhada para se tornar um império. O fortalecimento do Estado moscovita só se tornou possível por meio da centralização política, que era uma realidade diferente da Rus' Kieviana, onde havia descentralização e desunião entre os principados. Esse fato marcou completamente o ideal da população russa até os dias atuais. A ideia de que um Estado

centralizado e forte foi fundamental para que a civilização russa florescesse, ainda é carregado pelo pensamento político russo atualmente. Segundo Segrillo (2012):

A Rússia passou por uma experiência histórica diferente, reforçando a crença de que foi com o fortalecimento e a centralização estatal que a civilização e sociedade russas puderam florescer até seu apogeu. [...] Isso ajuda a explicar, por exemplo, a popularidade de Vladimir Putin, nos anos 2000. Ele teria sido um *gosudarstvennik* (defensor de um Estado forte), que fortaleceu e centralizou o Estado russo após o período Yeltsin nos anos 1990, caótico e com tendências centrífugas. O que foi encarado por muitos no Ocidente como um processo autoritário de recentralização estatal, foi visto por um grande número como um reequilíbrio da balança de poder. (SEGRILLO, 2012 p.122)

No início da citação, o autor faz uma comparação ao que aconteceu na Inglaterra com o liberalismo. Diferente do que acontecia da Rússia, o liberalismo defendia a diminuição do poder do Estado sobre o indivíduo, além da questão política, a religião não ficaria mais sobre o poder do Estado mas passaria a ser uma escolha individual. A Inglaterra tinha passado por guerras civis, muitas delas de caráter religioso, onde os direitos individuais e um Estado mínimo foi visto como resposta para pôr fim aos conflitos.

Voltando ao século XV, Moscou foi crescendo e se fortalecendo ainda sob domínio mongol. Isso foi possível através das políticas adotadas por seus governantes. Um exemplo disso foi Ivã I conhecido como Ivã Kalita<sup>7</sup>, que conseguiu dos mongóis a permissão de cobrar tributos as outras cidades russas em nome do seu conquistador, “isso, somado a uma política de conquista e domínio de outras cidades-Estados russas rivais, levou a que Moscou passasse a exercer uma hegemonia sobre outras regiões eslavas”(SEGRILLO, 2012). Nesse mesmo período Ivã Kalita começou a fortificação de Moscou com o primeiro Kremlin de madeira.

Ivã III, o Grande, foi responsável pela expulsão definitiva dos mongóis em 1480, reconquistando todas as terras eslavas conquistadas pelo Khan. Foi com Ivã IV, o Terrível, que se iniciou a criação do Império Russos, no momento em que o governante passou a anexar territórios que não eram de regiões eslavas. Ivã IV foi o primeiro a receber o título oficial de czar<sup>8</sup>.

O sucessor de Ivã III, Vassíli III, teve um filho com sua segunda esposa a princesa Elena Glinskiaia, filha de um príncipe lituano. E em 1530, nasce um dos personagens mais marcantes da história da Rússia, Ivã IV, o Terrível ou *grozny* em russo. Com a morte de Vassíli em 1533 fez com que o menino Ivã herdasse o trono de grão-príncipe de Moscou e de Todas as Rússias, mas como ainda era muito pequeno, o Estado russo passou a ser temporariamente governado por uma regência, nessa época o governo foi guiado pela mãe de Ivã e alguns boiardos<sup>9</sup>. Esse período foi marcado pela morte da mãe de Ivã e pelo aumento da disputa pelo poder entre os boiardos. A

<sup>7</sup> Kalita: significa “saco de dinheiro”.

<sup>8</sup> Czar significa César, ou seja, imperador em russo.

<sup>9</sup> Boiardos: eram os nobres senhores feudais em Rus<sup>7</sup>.

estabilidade política só volta com a maioria de Ivã, o que terminou por ampliar os poderes do czar e diminuir a participação dos boiardos utilizando métodos violentos com repressões e execuções.

O período em que a Rússia foi governada por Ivã IV foi marcado por diversas disputas, o czar consegue mover seu domínio para Sibéria e ainda conquistou terras não cristãs que antes eram de domínio mongol. Após a sua morte, a Rússia entra em uma crise sucessória que praticamente leva o país ao caos econômico e social que ficou conhecida como Período das Desordens (1598-1613). A causa deste cenário se deu pelo fato de que Ivã IV em um acesso de fúria, ter matado seu único filho Teodoro I, considerado o último da dinastia Rurik, essa dinastia teria controlado o “país” durante todo o período da Rus’ de Kiev até a morte de Teodoro. Esse período só finda com a tomada do poder de uma nova dinastia, a Romanov, através de Miguel Romanov. Essa nova dinastia governaria a Rússia por mais de trezentos anos até a Revolução de 1917.

Outro czar marcante para a sociedade russa foi Pedro, o Grande. Seu reinado vai de 1682 a 1725. Pedro foi responsável pelo processo de ocidentalização forçada, pois acreditava que a Rússia estava muito atrasada em relação ao ocidente. Pedro tinha interesses por técnicas militares e navios, e desejava que o exército russo se desenvolvesse como os dos países ocidentais, para isso, Pedro fez uma viagem à Europa e até trabalhou como operário em um estaleiro na Holanda. Voltando para a Rússia, ele trouxe 750 técnicos e artesões para lhe ajudar no projeto de modernização do país. Foi durante o seu governo que a Rússia passou a ter saída para o mar e deu início a construção da marinha russa. Também durante a sua gestão, foi criada a cidade russa de São Petersburgo, essa cidade era especialmente designada para ser uma “janela da Rússia para o Ocidente” (SEGRILLO, 2012).

Pedro começou o processo ocidentalizante instituindo um “imposto de barba”, essa lei tornaria obrigatório qualquer homem das classes mais altas a pagarem caro para usar a tradicional barba russa. Também ordenou a substituição das vestimentas tradicionais para o uso do estilo de vestuário ocidental. Além dessas mudanças, as medidas de Pedro também modificaram profundamente a sociedade e a economia do país, Segrillo relata algumas das principais mudanças:

Pedro adotou medidas mercantilistas e usou o apoio estatal para criar uma série de novas indústrias e manufaturas no país. [...] Mudou a forma de administração estatal russa. Substituiu a *duma* boiarda (a assembleia de nobres russos que tradicionalmente cuidava de vários aspectos administrativos internos do país) por um senado nomeado por ele. Em 1707 dividiu a Rússia em oito regiões chamadas *guberniya* (dirigidas por governadores nomeados por ele), que se subdividiram em *provintsii* (províncias), por sua vez subdivididas em *uezdy* (distritos).[...] Um procurador-geral, auxiliado por uma rede de fiscais, supervisionava o funcionamento do senado e o trabalho dos governadores com o objetivo de combater a corrupção endêmica no país. (SEGRILLO, 2012. p. 131 – 132)

Outra inovação adotada por Pedro afetou diretamente a nobreza russa por meio da “tabela de graduações”. Até antes de 1722, os cargos do serviço governamental se davam pelo sistema de precedências, esse sistema era definido pela hereditariedade, o nobre herdeiro não poderia estar em um cargo igual ou inferior ao do seu antepassado. Já o uso da tabela de graduações, os nobres que prestavam serviço para o governo “teriam a sua importância frente ao país estabelecida por serviços e não mais por hereditariedade” (SEGRILLO, 2012). A tabela apresentava 14 estágios e cada nobre que servisse ao governo teria que passar por esses estágios. Além da tabela de graduações, Pedro tornou obrigatório todos os nobres servirem ao Estado.

A nobreza tentou assimilar o modo de vida europeu proposto por Pedro, mas uma grande parte da população odiou essas inovações. Acredita-se que após a morte de Pedro, a Rússia passou a viver uma espécie de pêndulo, ou seja, apresentando uma maior aproximação com o ocidente por um momento e no outro já se afastava. Enquanto a nobreza se adaptava bem ao modo de vida europeizado, a maior parte da população se apegava ainda mais aos valores tradicionais russos.

Com a morte de Pedro e a sucessão do trono por Catarina II, surge um movimento estimulado pela própria czarina conhecido pelos ocidentais como *intelligentsia*. Catarina era reconhecida como uma déspota esclarecida e pregava a elevação da cultura russa segundo as ideias do iluminismo europeu, essa classe intelectual com o tempo foi tomando um posicionamento oposto ao czarismo e ao sistema de servidão no país. Eles passaram então a defender reformas sociais, acredita-se que esse movimento foi o embrião das revoluções que estavam por vir no país.

Com o advento da Revolução Francesa o sistema monarquista europeu passou a enfrentar grandes desafios, o czarismo na Rússia não foi a exceção. Após a tentativa francesa de invadir a Rússia ter sido fracassada, deixando o exército de Napoleão praticamente dizimado pelo frio na sua tentativa de retornar a França, o exército russo passa a avançar em direção a França. Em 1814, a Rússia junto aos países aliados entram em Paris. O fato da Rússia ter vencido a guerra foi um ponto positivo mas o “choque cultural” gerado pelo contato das tropas russas com as ideias liberais e constitucionais franceses terminou por fazer a população ter um olhar mais crítico à realidade social do país e o autoritarismo do governo.

Membros da nobreza e da *intelligentsia* descontentes com o rumo do país, passaram a formar sociedades secretas que pregavam uma reforma do Estado. Parte desse grupo era a favor de uma monarquia constitucional e outra parte possuía tendências mais radicais. Esse movimento culminou o que ficaria conhecido como Revolta Dezembrista. O movimento tentaria por meio de um golpe, instituir uma monarquia constitucional onde o monarca teria seu poder limitado pela constituição e pelo parlamento. É importante lembrar que o parlamento não existia na Rússia e só veio a existir em 1905. Os rebeldes foram reprimidos pelo czar Nicolau I, essa Revolta seria

glorificada pelos soviéticos como a primeira tentativa da *intelligentsia* russa de reformar radicalmente o sistema autocrático do país (SEGRILLO, 2012).

Se até esta parte da construção histórica entendemos que os czares que governaram a Rússia possuíam um caráter autoritário e repressivo, podemos dizer que a partir do governo de Nicolau I e Nicolau II foi o período da Rússia czarista mais reacionário e repressivo.

Nicolau I, conhecido como o czar de Ferro, possuía uma tendência ultraconservadora e se tornou bastante desconfiado com quem o rodeava, pois tinha sofrido um golpe assim que havia tomado o poder. Seu lema era “Autocracia, Ortodoxia e Nacionalismo”, em seu governo a população russa seria guiada por um autocrata, sua religião seria ortodoxa e tudo deveria conduzir ao bem da nação. A questão do nacionalismo estava relacionada às políticas de russificação, onde Nicolau proibiu o uso de qualquer outra língua que não fosse a russa. Para garantir que estas normas fossem cumpridas, Nicolau cria uma polícia secreta conhecida como Terceira Seção da Chancelaria. A medida que as revoltas cresciam, o czar Nicolau aumentava a repressão e a censura, não importava a vertente liberal ou socialista, o czar reprimia tanto a esquerda quanto a direita.

Neste mesmo momento em que a Rússia caminha para uma monarquia absolutista, os países da Europa Ocidental caminhavam para uma época liberal, trazendo com ela a Revolução Industrial com o maior exército da Europa. O que de fato aconteceu foi que a Rússia não acompanhou o desenvolvimento europeu e isso ficou evidente na Guerra da Crimeia em 1853, o conflito entre a Rússia e a Turquia. Aliado a Turquia estava a Inglaterra e a França e após dois anos de luta, o czar aceitou sua derrota, foi então estabelecido o Tratado de Paris que deixou a Rússia em completa desvantagem.

Em resumo, o exército russo continha dois problemas básicos, primeiro ele estava defasado na tecnologia dos seus armamentos comparado aos europeus, e segundo, o seu exército era composto por servos. O czar Alexandre II, filho de Nicolau I, termina por abolir a servidão apresentando um governo com tendências mais liberais. Em 1864, o czar cria um sistema de administração local conhecido como *zemstvo*, esse sistema teria a participação de pessoas eleitas pela nobreza, camponeses e cidadãos, a nobreza sempre possuindo mais representantes que a outra classe. Essa assembleia ficaria encarregada de tratar assuntos locais sem precisar da aprovação do governo central. Esse sistema descentralizado terminaria por tornar menos burocrático e deixaria o governo central menos sobrecarregado.

Se por um lado a adoção do *zemstvo* tornou a máquina do governo mais ágil, por outro fez com que a população passasse a notar que poderia haver um processo de descentralização do poder e conseqüentemente um governo menos aristocrático. Com esse ideal crescendo e tomando força, culminou nas revoluções de 1905 e 1917.



O governo de Alexandre II continuou de forma liberal até um certo ponto. Ele respondia de forma repressiva quando se sentia ameaçado pelas demandas da população por parlamento, constituição ou monarquia constitucional. O país passou por um intenso desenvolvimento capitalista mas sempre atrelado a um Estado forte e intervencionista.

Foi durante o governo de Nicolau II que a Rússia enfrentou suas maiores transformações. O país contava com um processo de desenvolvimento econômico aos moldes capitalistas, mas, ao mesmo tempo, existia a esfera política que seguiria um caminho oposto ao econômico. Diferente dos países da Europa Ocidental, a Rússia ainda era uma monarquia absolutista, autocrática, não possuía parlamento, constituição ou partidos políticos. O país estava marcado pela repressão e pela censura, a população rural, embora tenha sido libertada do trabalho servil, não teve melhoria de vida alguma, mesmo que o czar tenha concedido terras, já que estas teriam que ser pagas. Até a própria burguesia nacional se via sem saída, pois media forças entre o Estado e o capital estrangeiro (BUSHCOVITCH, 2014 & SEGRILLO, 2012).

As mudanças geradas através da modernização da esfera econômica se esbarrava na falta de flexibilidade e incapacidade do Estado se ajustar as novas demandas sociais. O país logo foi atingido por uma onda de protestos, greves e rebeliões. Uma delas ficou conhecida como Domingo Sangrento, onde um padre ortodoxo, conhecido como Giorgi Gapon levou um grupo de trabalhadores a uma procissão pacífica no Palácio de Inverno do czar em São Petersburgo. O padre levava uma petição para o czar, no qual pedia a melhoria da condição de trabalho, redução das horas de trabalho, salário justo, entre outras demandas. Em resposta, o czar manda as tropas governamentais abrirem fogo contra os protestantes. Desse momento para frente as greves e os protestos ficaram mais intensos.

## **2.1 REVOLUÇÃO DE 1905: MONARQUIA CONSTITUCIONAL, PARTIDOS E PARLAMENTO**

Pressionado pelos protestos, Nicolau se viu forçado a fazer certas concessões, começando por propor a criação de uma *Duma* chamada de Duma de Bulygin. Essa Duma seria meramente consultiva e não possuía poder próprio, o czar poderia dissolvê-la a qualquer momento. A proposta não foi aceita pela oposição e as greves continuaram até o Manifesto de Outubro. Nesse momento, a Rússia passaria de uma monarquia absolutista para uma monarquia constitucional, onde o czar criaria um parlamento legislativo com poderes reais e também permitiria a existência de partidos

políticos. Após o Manifesto do Outubro o czar passou a tentar retomar o seu poder diluindo algumas concessões constitucionais que havia feito.

O parlamento seguiria a forma bicameral, tendo a câmara alta, onde metade dos seus membros seriam nomeados diretamente pelo czar e a outra metade seria nomeada por grupos sociais de prestígio, como a nobreza por exemplo. Na câmara baixa ou дума estatal, eram nomeados homens com mais de 25 anos e cada grupo social teria seu peso diferenciado. No caso, proporcionalmente a nobreza elegia mais deputados do que as outras classes.

A dinâmica entre o czar e o parlamento foi bastante complicada, Nicolau tinha o poder de dissolver o parlamento e utilizou esse poder diversas vezes, principalmente quando a configuração do parlamento não lhe agradava. Entre 1905 e 1917, houve 4 *Dumas*, na primeira, em 1906, o grupo socialista boicotou as eleições, fazendo com que o partido conhecido como Kadete fosse o mais votado. Mesmo defendendo uma monarquia constitucional, o czar não aceitou e dissolveu a *Duma*. O segundo, em 1907, os socialistas abandonaram o boicote e participaram das eleições, então além dos liberais, haviam socialistas no parlamento e logo também foi dissolvido pelo czar. Para obter um resultado que lhe agradasse, o czar alterou as regras do sufrágio e aumentou o peso dos nobres diminuindo o dos trabalhadores. Nessa terceira *Duma*, o czar conseguiu a configuração desejada, deixando o parlamento dominado pela nobreza e pelas classes mais conservadoras. Essa *Duma* foi aceita pelo czar e essa configuração continuou na quarta *Duma*.

A configuração partidária no período entre 1905 e 1917, estava dividida em dois partidos de esquerda, o primeiro foi o Partido Operário Social-Democrata da Rússia (SD), onde desde sua fundação em 1898, era dividido em duas alas: bolcheviques (majoritários) e mencheviques (minoritários). Os bolcheviques liderados por Lenin, defendiam um partido centralizado e de quadros (formado por ativistas), já os mencheviques defendiam um partido mais aberto com a participação de simpatizantes. Outra dualidade de opinião era quanto a forma que a revolução russa deveria tomar, para os mencheviques o capitalismo na Rússia ainda não estava maduro, sequer desenvolvido o suficiente para uma revolução socialista, então o primeiro objetivo era realizar uma aliança com a burguesia para que fosse completada a revolução democrática burguesa para depois passar para a etapa socialista.

O objetivo dos marxistas era derrubar o tsar e estabelecer uma República democrática (uma “revolução burguesa”). Ou seja, eles acreditavam que, enquanto essa tarefa não fosse completada, eles não deveriam almejar uma ditadura do proletariado e a introdução do socialismo. O inimigo, por enquanto, era o tsar. Portanto, eles agiram sob as barbas da autocracia, em guerra contínua com a polícia, e Lenin acreditava que o partido deveria ser sobretudo um movimento clandestino de revolucionários profissionais. (BUSHKOVITCH, 2014 p. 297)

Ao contrário do projeto bolchevique, os mencheviques pregavam uma via revolucionária mais direta para o socialismo, pois acreditavam que, em escala mundial o capitalismo já se encontrava desenvolvido e maduro o bastante para o pulo ao socialismo. É importante enfatizar que o SD pregava um socialismo baseado no proletariado industrial.

O segundo partido era os Socialistas Revolucionários (SR), fundado em 1901, pregava um socialismo agrário para o país. Como a classe camponesa era uma das maiores do país os SR foram um dos partidos mais votados durante o período revolucionário. Às vésperas da Revolução de Outubro de 1917, os SR se dividiram em duas alas, uma de direita (moderada) e outra de esquerda (revolucionária) que termina se alinhando aos bolcheviques durante a sua tomada do poder.

Os partidos liberais surgiriam mais tarde, após 1905. O principal partido era o Kadete (KD), conhecido como Constitucionais Democratas ou Democratas Constitucionais, esse grupo defendia um regime constitucional e democrático, ainda mesmo que monárquico.

A figura de Lenin surge neste momento liderando a ala bolchevique do SD, ao contrário do que era defendido pelos mencheviques, Lenin acreditava que nas condições de repressão e censura que a Rússia enfrentava, uma organização partidária aberta não funcionaria. Ele defende a construção de um grupo organizado e centralizado de ativistas unidos por uma forte disciplina. Segrillo (2012) menciona um trecho do livro *O que fazer?*, escrito por Lenin em 1902, segundo suas palavras, “A classe operária, por si só, não passa da mentalidade sindicalista”, isso significa que era preciso um partido revolucionário para fazer a classe operária sair da luta por reformas e passar a lutar por uma mudança da sociedade por completo.

Esse discurso ajudou o pequeno grupo bolchevique (em comparação com os SR) a liderar uma revolução anticapitalista vitoriosa. Lenin propôs também o que ficou conhecido como “centralismo democrático”, segundo ele, haveria liberdade democrática para a discussão das questões internas do partido, mas uma vez que a decisão fosse tomada, todos os membros teriam que obrigatoriamente segui-las. Lembrando que a maioria esmagadora da população russa era camponesa, tornando uma revolução basicamente operária impossível. Com isso, Lenin sugere a aliança operário-camponesa, onde os camponeses participariam ativamente da revolução junto a classe operária.

Contrário as teses defendidas por Lenin, o ucraniano e teórico da revolução Trotski, da ala menchevique criticava o excesso de centralismo defendido por Lenin, pois acreditava que isso poderia levar a uma ditadura dentro do partido. Em resposta ao texto *O que fazer?* de Lenin, dois anos depois, Trotski lança uma obra intitulada *Nossas tarefas políticas* (1904) onde critica o ultranacionalismo. Segundo ele “Estes métodos levam [...] a que o aparelho do partido substitua o partido, que o Comitê Central substitua o aparelho do partido e, finalmente o ditador substitua o

Comitê Central”. Posteriormente Trotski rompe com a ala menchevique por discordar com a ideia etapismo defendido pelo grupo. Ele desenvolve a teoria da revolução permanente, afirmando que o capitalismo mundial já estava maduro para o salto ao socialismo.

## 2.2 REVOLUÇÃO DE FEVEREIRO DE 1917 A OUTUBRO DE 1917

A Primeira Guerra Mundial chegou para desestabilizar ainda mais a sociedade e a política russa. A Rússia junto a Inglaterra e a França entram na guerra para defender a Sérvia do sistema de aliança entre a Alemanha e o Império Otomano que defendiam a Áustria.

Um dos maiores dramas desse período foi o da influência do místico Grigori Rasputin, confiado pela imperatriz Alexandra e por Nicolau II, “As interferências de Rasputin na Corte desacreditavam o governo perante a elite e a sociedade” (SEGRILLO, 2012). Um dos exemplos da influência de Rasputin foi quando Nicolau II resolveu assumir o comando do seu exército diretamente, gerando péssimos resultados nos combates.

De início, a Rússia se saiu relativamente bem contra os turcos e os austríacos, mas perderiam para os alemães e em 1915 a Rússia perde a Polônia. O cenário era caótico, a economia foi afetada, principalmente as indústrias e as exportações. Após três anos de conflito a produção da Rússia estava destruída, as greves e as manifestações começaram a crescer, a moral do povo russo estava baixa.

Com a ausência de Nicolau II que agora controlava as tropas pessoalmente, a imperatriz Alexandra governava o país com a influência de Rasputin, e a desorganização governamental só aumentava. Foi durante esse vácuo de poder que a *Duma* e os *zemstvo* começaram a atuar autonomamente (SEGRILLO, 2012). Desses movimentos surge a Revolução de Fevereiro, dando início a um governo provisório dual. Segundo Segrillo:

A Revolução de Fevereiro viria tanto de um movimento “de cima” - a partir da iniciativa de um grupo de membros progressistas da *duma* – quanto “de baixo”, a partir do movimento de greves que eclodiria no renascimento dos soviets. Por isso, o resultado seria a chamada “dualidade de poder”, em que coexistiriam um governo provisório e as assembleias de trabalhadores do tipo soviets. [...] No parlamento, os membros progressistas fundaram um Comitê Provisório liderado pelo presidente da *duma*, o outubrista Mikhail Rodzianko, com vistas a restaurar um mínimo de ordem na capital em acordo com outras organizações representativas de diversas classes e grupos. No mesmo palácio Tauride em que estava alojada a *duma* foi recriado o soviets de Petrogrado, como órgão de autogoverno das classes trabalhadoras. Em 1º de março, o Comitê Provisório da *duma* constituiu, utilizando alguns de seus membros, um governo provisório para o país. Em 2 de março, pressionado, o czar abdicou. A monarquia na Rússia caía oficialmente. (SEGRILLO, 2012 p.173)

Dividido em dois novos centros de poder, o governo provisório representava os interesses da burguesia politicamente liberal e o soviete de trabalhadores, encaminhando para uma revolução democrático-burguesa. Havia relativa liberdade nesse período, o direito de livre discussão e associação política, além de já existir uma organização que formasse as eleições para uma Assembleia Constituinte a fim de redigir uma nova constituição do país.

A criação dos sovietes em 1905, foi algo inédito e interessante. Em russo a palavra *soviet* significa *conselho*, e durante a revolução de 1905 cada fábrica que estivesse em greve constituía um comitê. Os trabalhadores e comitês de greve decidiram criar um conselho ou soviete de trabalhadores para exercer algumas tarefas que antes eram realizadas pelo governo, como regular preços e funções administrativas. A partir deste momento começaram a surgir sovietes em várias cidades, os membros dos sovietes eram eleitos pelos próprios trabalhadores, e depois na União Soviética, o soviete passaria a funcionar como um parlamento. O principal foi o soviete de Petrogrado. Segrillo define a função dos sovietes:

Em momentos da revolução em que o governo não mandava mais em vários lugares, os sovietes assumiram o comando. Eles funcionavam como órgãos políticos de autogestão dos trabalhadores.[...] Entretanto, os marxistas soviéticos sempre disseram que havia uma diferença fundamental entre o parlamento democrático-burguês e um soviete. No primeiro todas as classes estavam representadas (inclusive a classe opressora), enquanto o soviete comportava apenas representantes das classes exploradas. (SEGRILLO, 2012, p 156)

Os sovietes nos primeiros meses depois de fevereiro de 1917, eram controlados pelos socialistas moderados (mencheviques), mas com a permanência do país na guerra e a situação do país se agravando, alguns membros dos sovietes começariam a votar nas propostas dos bolcheviques.

A representação e a força do governo provisório era maior que a dos sovietes, por isso a decisão de continuar a guerra se manteve e os protestos continuaram a crescer. A partir desses acontecimentos foi feita uma reorganização do governo provisório, criou-se um novo ministério constituído de seis socialistas e dez membros de partidos burgueses. Essa nova configuração não alterou a postura pró-guerra do governo, os socialistas moderados não conseguiram mudar a decisão sobre a guerra pois eram minoria no ministério. Foram então feitos outros ministérios, mas a configuração sempre era a mesma, havia a coalizão dos liberais e socialistas moderados (mencheviques), deixando sempre a ala bolchevique excluída da participação. E foi esse governo que seria derrubado pelos bolcheviques na Revolução de Outubro.

A partir de setembro, o partido bolchevique passou a crescer, passando de 24 mil membros para 240 mil, ultrapassando os mencheviques. Até o próprio Trotski, antes partidário menchevique, ingressou no partido bolchevique em julho. Agora, obtendo maioria nos principais sovietes, os

bolcheviques decidiram que era hora do partido assumir o poder. Em 25 de outubro os guardas vermelhos ocuparam lugares estratégicos da cidade e tomaram o Palácio de Inverno (sede do governo provisório). Na mesma noite, foi feito o II Congresso de Sovietes de Toda a Rússia, reunindo delegados dos soviets de todas as cidades do país, nesse momento foi aprovado a criação de um governo revolucionário.

O novo governo seria constituído por um Conselho dos Comissários do povo (ministros), teria também um presidente do Conselho, que trabalharia como primeiro-ministro, um Comissário dos Assuntos Estrangeiros e um Comissário das Nacionalidades. O cargo de presidente do Conselho seria ocupado por Lenin, o Comissário dos Assuntos Estrangeiros seria Trotski e o Comissário das Nacionalidades seria Stalin.

Com a tomada do poder pelos bolcheviques deu-se início a uma Guerra Civil no país que duraria três anos (1917-1921), o conflito se daria em dois polos, os vermelhos representados pelos bolcheviques e seus aliados e os brancos que pretendiam derrubar o governo bolchevique. Muitos dos brancos eram a favor da restauração da monarquia no país. Houve também interferência externa no conflito, os brancos puderam contar com tropas de 14 países estrangeiros, como EUA, França, Alemanha e Japão (SEGRILLO,2012).

Os primeiros decretos do novo governo formam fundamentais para garantir um maior apoio popular, são eles: o Decreto sobre a Terra, que propunha uma reforma agrária. E o Decreto sobre a Paz, que clamaria para um armistício imediato e a uma paz sem anexações ou indenizações, dentro deste acordo estava o de Brest-Litovsk com os alemães. O preço cobrado pelos alemães para esse acordo foi alto, a Rússia perderia cerca 1 milhão de km<sup>2</sup> de seu território, incluindo uma de suas áreas mais industrializadas. Detalhe de que não havia garantias concretas de que a Alemanha concordaria em parar a luta. Esse decreto gerou revolta dos grupos políticos que apoiavam os bolcheviques, como a ala de esquerda dos SR que terminaram por romper com o governo bolchevique e passaram a atuar como oposição. A perda de seguidores influenciou para que medidas mais agressivas fossem adotadas pelos bolcheviques. Acredita-se que a guerra civil foi o que deu razão para que o regime soviético fosse tão repressivo durante todo o período de sua existência. Foi adotado um caráter militarizado e repressor, segundo Segrillo (2012):

O confronto realçou as tendências mais agressivas e repressoras que já existiam dentro do bolchevismo. Acuado, recorreu a métodos violentos para sobreviver. A CHEKA (Comissão Extraordinária para o Combate à Contrarrevolução e Sabotagem) funcionaria como uma espécie de polícia secreta a combater não apenas os brancos, mas também aqueles mencheviques e SR que atuavam contra o regime soviético. (SEGRILLO, 2012, p.182)

Grande parte da população se via dividida entre os vermelhos e os brancos. Os vermelhos estipulavam a requisição forçada de grãos quando a fome começou a castigar o país, mas os camponeses continuavam com suas terras. Quando os brancos dominavam algumas das cidades, havia a ameaça da volta ao antigo regime e conseqüentemente a devolução das terras aos antigos donos. No final, os camponeses decidiram apoiar e lutar ao lado dos vermelhos.

Um momento importante e decisivo no decorrer da revolução foi no ano de 1918, com a ameaça crescente dos Brancos, os soviets ordenaram a execução de toda a família imperial, pondo fim a dinastia Romanov e impedindo um suposto regresso da monarquia no país.

Com o fim da guerra civil em 1921, o país se via afundado em desemprego e fome, a sua produção estava a níveis alarmantes, caindo um quinto do que estava sendo produzido a um ano antes da Primeira Guerra Mundial. Lenin, acreditando que o estado proletário estava “quebrado”, sugeriu o que ficou conhecido como Nova Política Econômica (NEP), o que seria a adoção temporária de alguns elementos da economia de mercado em pequena escala para reconstruir o país. Essa atitude terminou por contrariar alguns dos membros do partido.

O novo projeto defendia uma relativa liberdade para a iniciativa particular da “pequena economia”, como as pequenas empresas e propriedades camponesas. O que era considerado como “base forte” da economia, como bancos e grandes indústrias de base seriam controladas pelo governo.

É importante mencionar que essa relativa abertura econômica não se estendeu para o campo político, muito pelo contrário, as medidas da NEP geravam um certo receio de que uma potencial restauração do capitalismo pudesse ameaçar o novo regime, nesse momento foi decidida a proibição das frações<sup>10</sup>. Essa nova ordem impedia que grupos se organizassem para defender suas posições, agora os membros teriam que atuar individualmente. Essa nova regra afetou a fração Oposição Operária que criticava o partido pelo seu distanciamento das bases operárias, eles defendiam uma maior democracia operária.

Logo após o X Congresso do partido, a Oposição foi violentamente repreendida pelos bolcheviques, ficou claro que se instaurou uma ditadura centralizada no partido, onde a liderança partidária poderia manipular as discussões e as críticas internas seriam sufocadas.

De modo geral, a guerra civil termina com a liderança soviética mas com um descontentamento interno crescente. A economia não ia bem e a população não estava satisfeita com a ditadura instaurada pelo partido.

---

<sup>10</sup> Nome que os russos dão para as tendências internas partidárias, ou seja, os agrupamentos organizados dentro de cada partido que lutam para que sua política seja hegemônica dentro dele.

## 2.3 REGIME SOVIÉTICO

A União Soviética nos anos após a guerra civil presenciou uma recuperação da economia até mais rápida do que a liderança do partido previa. Para o partido, a mentalidade de guerra ainda ficou, segundo Bushkovitch (2014):

A guerra civil havia centralizado ainda mais um partido já centralizado e também havia-o imbuído de uma mentalidade de guerra civil. Todos os desacordos tornaram-se necessariamente assuntos de vida ou morte – todos os adversários eram inimigos ocultos da ideia revolucionária como um todo. Lenin e Trotski defendiam e praticavam o terror contra os Brancos e outros inimigos. (BUSHKOVITCH, 2014, p.336)

A morte de Lenin em 1924 trouxe uma disputa pela sucessão de lideranças gerando um conflito de personalidades entre Stalin, Trotski e Bukharin. Stalin ocupava um cargo de secretário-geral tendo um grande poder de manipulação das mudanças organizacionais dentro do partido, isso foi fundamental para a sua chegada ao poder. Outro ponto importante era que havia uma certa desconfiança em Trotski por ele ter sido precursor da cisão do partido entre mencheviques e bolcheviques.

Outra situação que se tornou tema de conflito entre Stalin e Trotski após a morte de Lenin foi o debate entre a “teoria da revolução permanente” e a “teoria de revolução em um só país”. A primeira, defendida por Trotski, acreditava que a revolução socialista teria que se espalhar por todo o mundo ou então entraria em um processo de estagnação. A segunda, defendida por Stalin, sugeria o contrário, para ele a principal preocupação da URSS era garantir a sobrevivência do regime socialista no país.

Um país que acaba de sair de uma guerra civil devastadora e ainda estava se recuperando do trauma, fez com que as propostas de Stalin fossem mais bem-vistas. Era melhor fortalecer o regime soviético do que investir em uma revolução mundial onde os efeitos seriam incertos. Além disso, Stalin contou com certa “sorte” na economia, enquanto a URSS disparou efetivamente no seu desenvolvimento em meados de 1928, os países capitalistas começaram a desandar na década de 1930 com a grande depressão. Havia milhares de desempregados nos EUA enquanto na União Soviética a economia crescia se tornando a segunda maior economia do mundo.

Ao mesmo tempo em que a URSS apresentava avanços técnicos, educacionais e econômicos, houve movimentos de repressão e violência no âmbito político. O governo de Stalin foi marcado por regimes de trabalho forçado, perseguições políticas até mesmo dentro do partido e uma verdadeira caça a classe *kulaki*<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> Camponeses mais abastados que empregavam outros camponeses e trabalhadores rurais. Stalin acreditava que o *kulaki* ainda era um resquício do capitalismo, essa classe teria que deixar de existir para pôr fim às relações de



A campanha de expurgos conhecida como “Os Grandes Expurgos de 1935-1938”, foi literalmente uma caça aos próprios membros do partido comunista, acusados de conspiração e colaboração com governos estrangeiros para derrubar o regime soviético ou contra o próprio Stalin. Os membros do partido enfrentavam longos julgamentos, onde muitos foram executados ou deportados para os campos de trabalho forçado na Sibéria. Os expurgos teriam dizimado grande parte da elite partidária, pessoas que ocupavam os mais altos níveis do partido. Segrillo aponta uma tendência dos governos e personalidades que seguiram no poder do país, não importando a época:

Stalin consegue, nos anos 1930, repetir o padrão antigo da Rússia de grandes transformações radicais (“revolucionárias”), realizadas em curto espaço de tempo, a ferro e fogo, por governantes com um forte e autoritário governo personalista. (SEGRILLO, 2012, p. 201)

Hannah Arendt (2012) define o período stalinista como um regime totalitário, para ela, durante o governo de Stalin, o governo se transformou passando de uma ditadura unipartidária para um domínio total. O PCUS havia alcançado a posição de domínio em todos os aspectos da vida soviética. É interessante notar que o regime totalitário parece ser impossível de ser efetivado em países de população pequena, o que de fato não é a realidade do país russo. A implantação de um regime totalitário requer elevadas perdas populacionais.

O regime totalitário encontra ambiente assustadoramente favorável para nas áreas de tradicional despotismo oriental, como a Índia e a China, onde existe material humano quase inesgotável para alimentar a máquina de poder e de destruição de homens que é o domínio total. [...] Somente onde há grandes massas supérfluas que poder ser sacrificadas sem resultados desastrosos de despovoamento é que se torna viável o governo totalitário. (ARENDR, 2012, p. 438)

Os expurgos só começaram a diminuir a partir da aproximação da Segunda Guerra Mundial, pois era necessário a manutenção de todas as forças possíveis, principalmente da população que estava sendo dizimada pelo violento regime soviético.

A Segunda Guerra teve um alto custo em vidas para a União Soviética, cerca de 27 milhões de mortos e um quarto da economia destruída. A Grande Guerra Patriótica, como ficou conhecida na Rússia, e o papel do país de conseguir sobreviver e vencer os nazistas, foi exaltada e amplamente divulgada pela propaganda soviética. Com o fim da Segunda Guerra se inicia a Guerra Fria e as tensões entre EUA e URSS.

A morte de Stalin em 1953 trouxe outro momento de incerteza para a população soviética, principalmente por não ter deixado uma ordem de sucessão muito clara. Depois de algumas

disputas intrapartidárias, Nikita Khrushchev passou a ocupar o cargo de primeiro-secretário do partido comunista, só que com menos capacidade ditatorial que Stalin.

Khrushchev adotou um estilo de governo mais próximo a dos políticos ocidentais, indo para perto do público, ao contrário de Stalin que mantinha um certo distanciamento da população. Quem caísse em desfavor nas disputas políticas intrapartidária, não seria morto ou expulso do partido. No campo cultural houve uma certa abertura, isso permitiu que dentro do movimento literário se formasse dessa vez mais crítica, começando até a surgir críticas aos excessos do stalinismo. Até mesmo o próprio Khrushchev, em seu discurso para o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética atacou fortemente o culto à personalidade de Stalin.

Alguns anos depois o seu discurso ficou famoso no Ocidente pois pregava uma desestalinização, onde criticava o culto a políticos, que dava a entender que líderes individuais pudessem estar acima do próprio partido. Seu discurso em 1956 teve como título: *Sobre o Culto à Personalidade e suas Consequências*, o texto continha um detalhado relatório dos abusos, erros e crimes cometidos por Stalin ao longo do seu governo (KILEV, 2005).

Esse discurso custou caro para o regime soviético, principalmente no âmbito internacional. A principal consequência foi divisão do partido comunista pelo mundo, nos que eram contra ou a favor de Stalin. O partido comunista da China foi o primeiro a se separar da URSS.

Outra proposta polêmica do camponês Khrushchev, foi a doutrina da coexistência pacífica, ele afirmou que as relações entre países socialistas e capitalistas deveriam deixar de lado as disputas militares. O novo objetivo era concentrar essas “competições” na área econômica proporcionando uma melhor qualidade de vida para os cidadãos de todas aos países. Essa proposta terminou por afastar a China ainda mais, acusando que a URSS teria abandonado a via revolucionária com a adoção dessa nova doutrina.

A política internacional durante seu governo terminou por derrubá-lo do poder. Após seu famoso discurso, países do Leste Europeu entraram em um processo de insubordinação contra a URSS, primeiro na Polônia em 1956, depois na Hungria. O primeiro país consegue substituir o líder do partido, colocando no poder Wladyslaw Gomulka, mais liberal e nacionalista. Khrushchev vai ao país para tentar fazer um acordo e resolver a questão da rebeldia. O que ficou acertado foi que os poloneses teriam autonomia para resolver seus problemas internos desde que continuassem alinhados ao socialismo e com a política externa da URSS. Na Hungria, o comunista liberal Imre Nagy teve como sua primeira atitude, retirar o país do Pacto de Varsóvia<sup>12</sup> declarando a neutralidade do país. Tropas russas invadiram a Hungria terminando a revolta. Nagy foi deposto e substituído por um líder pro-Moscou.

---

<sup>12</sup> Aliança militar dos países socialistas do Leste Europeu.

No momento de cisão entre os pró-Moscú e pró-Pequim, alguns países do Leste Europeu como a Albânia, se alinharam à China, e outros como a Iugoslávia, se mantiveram independente e não alinhados. Khrushchev sofre um golpe dentro do seu próprio partido em 1964 e é derrubado do poder. Leonid Brezhnev passa a ocupar o cargo de presidente do Soviete Supremo após o golpe. Durante seu governo, a URSS atinge o seu auge e logo em seguida o seu declínio de poder, passando por uma “era de estagnação” econômica e tecnológica. Durante o governo de Brezhnev, a figura de Stalin foi reabilitada como um líder que apesar de cometer erros, não era um criminoso, pois tinha feito contribuições importantes para a construção do socialismo na URSS. Seu governo também foi marcado por uma crescente repressão aos movimentos dissidentes, mas diferente do período stalinista, houve uma redução das taxas de pessoas desaparecidas ou executadas. Um movimento importante ocorreu na Tchecoslováquia, onde dentro do país houve o aparecimento de movimentos pedindo a formação de um regime realmente democrático e independente. Esse movimento ficou conhecido como a “Primavera de Praga”, mas foi logo silenciado pelas tropas do Pacto da Varsóvia. Esse incidente levou muitos comunistas e simpatizantes ocidentais a se afastar do regime soviético. Eles passaram a julgá-lo como inerentemente repressivo (SEGRILLO, 2012).

Brezhnev morre em novembro de 1982 e Mikhail Gorbachev sobe ao poder, dando início a um processo de reformas, como a *Perestroika*, onde sugere uma reconstrução da URSS. Ele seria o último líder da União Soviética. Suas reformas terminaram por acarretar o processo de democratização do país.

Gorbachev se torna o novo líder soviético, uma de suas características era a tendência conciliatória dentro do partido. Diferente de Khrushchev, o novo líder admirava Stalin por sua coragem e seu desempenho durante seu governo, mas também defendia a necessidade de mudanças em todo o sistema. O novo líder se fazia parte do que ficou conhecido como “Geração Khrushchev”, um conjunto de jovens lideranças reformistas que vivenciaram as transformações do período pós-stalinista (SMITH, 1990).

Chegando ao poder, Gorbachev enfatiza desenvolvimento e fortalecimento da democracia socialista, que muito difere da democracia ocidental. Segundo ele:

O partido vê como uma das tarefas fundamentais da sua política interna o aperfeiçoamento e desenvolvimento da democracia e de todo o sistema de autogestão socialista do povo. (KOMMUNIST, 1985, nº 5, p. 9)

É importante ressaltar que as propostas de Gorbachev sobre a democracia não se enquadram na área representativa, não há intenção de mudar a legislação eleitoral, muito menos institucionalizar a oposição. Segundo Albuquerque (2015):

O fortalecimento dessa democracia socialista é entendido aqui como ampliação da participação através das soviets e das organizações populares, como os sindicatos e o *Komosomol*. E a despeito de suas limitações, tal referência não deve ser das instituições de poder popular que, estando sob o controle direto do partido e do governo, haviam perdido seu caráter original de canalizadores das demandas sociais, se convertendo, paradoxalmente, em instrumentos de propaganda e controle do próprio regime. (ALBUQUERQUE, 2015; p. 111)

Gorbachev se torna o protagonista da transformação e do fim da União Soviética através dos seus projetos. Analisaremos os eventos do período final da URSS até os dias atuais no capítulo em seguida.

## CAPÍTULO 3: CZARISMO NO SÉCULO XXI

### 3.0 O FIM DA ERA SOVIÉTICA: TRANSIÇÃO PARA UMA DEMOCRACIA?

No seu primeiro ano no poder, Gorbachev conseguiu alavancar poucas mudanças relevantes. O cenário econômico só piorava e para agravar mais esse cenário caótico, ocorre o acidente de Chernobyl em 1986, deixando claro que tudo estava saindo do controle. Em 1987 o líder soviético começa a clamar por um projeto de reestruturação ou reconstrução (*perestroika* em russo), uma reforma radical na área econômica seguida pelo projeto de “abertura” ou “transparência” na política (*glasnost*).

É válido dar uma certa atenção ao projeto de “abertura” política através da *glasnost*. A principal ideia defendida por Gorbachev era uma maior participação da população nas decisões importantes, o surgimento de um debate público no lugar das discussões a portas fechadas entre a elite do partido.

Por todo o país, a política de Gorbachev foi substituir a hierarquia de escritórios do partido por escritórios soviéticos, ou seja, do governo. E muitos casos, o chefe local do partido simplesmente atravessou a rua para assumir o governo local, mas a mudança significativa que o partido estava subitamente se tornando irrelevante. (BRUSHKOVITCH, 2014. p. 463)

Na área acadêmica, o governo de Gorbachev foi considerado politicamente estimulante, onde começam a surgir diversos artigos, muitos a pedido de algumas autoridades do governo que criticavam Lenin e os excessos do período stalinista.

Gorbachev anuncia o fim do Soviete Supremo e o substitui por um Congresso de Deputados do Povo, onde os deputados seriam nomeados através de eleições abertas. O líder soviético acreditava que no Congresso fosse possível avançar o processo de liberalização econômica e democratização, na verdade, criou-se um impasse. A configuração do congresso ficou dividida entre os deputados reformistas, eleitos principalmente por Moscou e Leningrado, e os deputados conservadores contrários à reforma, eleitos pela Ucrânia e pelas repúblicas da Ásia Central. A figura de Boris Yeltsin, agora como deputado, ganha popularidade após as eleições quando começa a defender a necessidade da República da Rússia, passando a criar uma certa autonomia e não ficando submisso às autoridades soviéticas.

Em 1990, Gorbachev termina por transferir todas as instâncias do partido (a estrutura) para o Estado, se transformando em chefe de Estado da URSS. Nos meses seguintes, os efeitos das reformas levaram a perda do controle soviético de algumas das suas repúblicas, uma onda de

nacionalismo e movimentos separatistas as repúblicas bálticas, na Geórgia e na Lituânia. Em 1991 o até então deputado Boris Yeltsin ganha as eleições para liderar a República Russa.

O combate entre os defensores da intensificação das reformas e dos que queriam reverter esse processo continuava a crescer, chegando ao seu limite durante as férias de Gorbachev. Esse confronto terminaria por resultar no colapso da União Soviética. Yeltsin reúne-se com os líderes da Bielorrússia e da Ucrânia e decidem se retirar da União Soviética. É importante mencionar que essa decisão foi tomada sem nenhuma consulta ao público, tanto que no início do mesmo ano houve um referendo sobre a situação da União e a maior parte da população foi a favor da preservação da União, mas defendiam também uma maior autonomia para as Repúblicas (BUSHCOVITCH, 2014).

O processo de transição do governo socialista para um governo democrático e capitalista não foi uma tarefa fácil para o presidente Yeltsin. A abertura econômica gerou uma onda de caos social no país, no qual, grandes empresas estatais consideradas estratégicas foram vendidas a grupos estrangeiros, ondas inflacionárias atingiram o país, houve um aumento substancial do nível de desemprego, a pobreza disparou, além do aumento do consumo de drogas, violência, corrupção, e o surgimento da máfia foram algumas das consequências desta transição.

Na área política, o país pôde vivenciar seu momento mais democrático. Instituições democráticas, eleições diretas e livres, direitos políticos e multipartidarismo. Apesar disso, a experiência econômica e o sofrimento social ficaram marcados na mente do cidadão russo. Esse período foi considerado traumático para a sociedade russa e o presidente teve um índice de rejeição alto no país. Porém, ao contrário da opinião interna, Yeltsin era visto pelo Ocidente como um governante comprometido com a democracia. Para os russos, os custos sociais da “terapia de choque” criada por Yeltsin e seu ministro Egor Gaidart, terminaram por tornar a experiência democrática no mínimo desapontadora. A “terapia de choque” se baseava na crença de que um processo de privatização rápido seria melhor que um processo gradual e lento. Para os membros do parlamento, o custo político de apoiar esse projeto como inflação, desemprego e baixo crescimento econômico, estava sendo alto demais para a sociedade russa.

O cenário muda com a entrada de Vladimir Putin no poder, ex-agente da KGB, o Comitê de Segurança do Estado do período soviético. Putin dá início a um processo de recentralização do poder voltado para o Kremlin.

### 3.1 O GOVERNO DE VLADIMIR PUTIN

Se durante o governo de Boris Yeltsin a economia chegou ao “fundo do poço”, mas em termos políticos foi o período mais liberal, podemos dizer que o governo de Putin aconteceu o inverso. Houve uma redução das liberdades políticas, mas, ao mesmo tempo, a área econômica voltou a apresentar crescimento.

Dois exemplos importantes foram o tratamento dado para os governadores regionais e a política externa do país nesses dois governos. Segundo Segrillo (2014):

Yeltsin dava muita liberdade aos governadores regionais (em troca de apoio a si no nível federal), o que levou a tendências excessivamente descentralizadoras e centrífugas, com regiões inclusive colocando leis locais se sobrepujando às leis federais e uma (a Chechênia) ameaçando se tornar independente. Já Putin estabeleceu um esforço de centralização forte, obrigando as regiões a se vergarem ao poder federal superior. Na política exterior, Yeltsin, a despeito de todos os percalços e contradições dos anos 1990 naquela esfera, procurava implementar relações de aproximação com o Ocidente. Putin, após um início em que colaborou com o Ocidente, especialmente no período imediatamente após os atentados de 11 de setembro de 2001 [...] passou a adotar uma atitude mais assertiva, e mesmo combativa, frente ao EUA e potências ocidentais contra o que via como um avanço da OTAN e das influências clandestinas ocidentais em direção ao entorno da Rússia. (SEGRILLO, 2014 p.163;164)

Podemos dividir o governo de Putin em dois momentos distintos, um que vai do início do seu mandato como presidente até a crise mundial de 2008-2009, e o segundo momento seria após a crise até o governo atual. Lembrando que Putin era uma pessoa desconhecida na área política, nos seus primeiros anos na presidência, era considerado um enigma para os observadores ocidentais. Não se sabia ao certo se ele manteria a aproximação com o ocidente como fez Yeltsin, ou se seguiria um caminho mais assertivo. Também havia questionamentos quanto ao futuro da democracia no país, se ele aprofundaria a democracia ou se utilizaria métodos mais autoritários para controlar o governo.

Seu primeiro indício de autoritarismo ainda seria no cargo de primeiro-ministro, quando deu início a campanha que levou a segunda guerra na Chechênia, com a opressão aos grupos separatistas. Logo depois que assumiu o cargo de presidente, Putin acelerou o processo de “fortalecimento vertical do poder”, retomando a hierarquia entre o poder federal e os poderes regionais que agora seriam subordinados. Um exemplo já citado anteriormente neste estudo, foi quando Putin consegue aprovar o fim das eleições diretas para governador regional na Rússia, daí para frente os governadores passariam a ser nomeados pelo presidente federal.

Uma segunda medida que elevou a popularidade de Putin foi em relação à plutocracia, onde a oligarquia no governo Yeltsin conseguia dominar e influenciar o poder central. Havia certa “promiscuidade” pela qual os oligarcas influenciavam direta ou indiretamente a administração

central (SEGRILLO, 2014). Com Putin no poder, a influência da oligarquia passou a ser apenas na área econômica, estando proibida de se imiscuir na política, principalmente aqueles oligarcas que usavam o poder do dinheiro para fazer política opositora. Os grandes empresários que se recusassem a se afastar dos assuntos políticos teriam suas empresas como alvo de vistorias da polícia e de órgãos de imposto de renda. Donos de grandes empresas da área de comunicação e de produção de petróleo foram acusados de fraude fiscais e outros crimes. Boris Gusinsk foi o primeiro oligarca a sofrer com essas acusações, ele chegou a ser preso temporariamente, e logo depois assinou a venda da maior parte das suas empresas para pagar as multas. Esse processo de “caça aos oligarcas desobedientes” terminou alavancando um processo de reestatização de alguns setores de produção considerados estratégicos, como empresas de petróleo e canais de TV de alcance federal na Rússia.

Na política externa, as relações com o Ocidente e com os EUA foram temporariamente garantidos, principalmente após o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, Putin passou a cooperar com os Estados Unidos na luta antiterror no Afeganistão. Nesse período, a Rússia permitiu aviões americanos que levavam suprimentos a voar sobre o território russo a caminho do Afeganistão. Houve também um grande volume de trocas de informações confidenciais a respeito do terrorismo entre os dois países. O momento mais relevante desta cooperação foi a formação do Conselho OTAN-Rússia em 2002, que viria para aprofundar as relações entre a Rússia e a OTAN. Essa conduta de política externa foi se alterando na metade da década de 90 em diante, segundo Zhebit (2010):

Devido aos comportamentos políticos externos dos primeiros anos da presidência de Boris Yeltsin na Rússia, a política externa russa, que tomou euforicamente um rumo excessivamente ocidentalizado, teve que ser corrigida na segunda metade dos anos 90, equilibrando o vetor ocidental com os outros vetores externos (como a Comunidade dos Estados Independentes, relações com a Índia, a China, a América Latina). (ZHEBIT, 2010, p.114)

Zhebit (2010) aponta alguns dos motivos que levaram os novos líderes russos a um certo distanciamento das relações com o ocidente. Segundo ele, além da decepção gerada pela aproximação da Rússia com o ocidente durante os primeiros anos após o fim da União Soviética, houve o choque com os valores universais ocidentais que “não foi digerido e absorvido integralmente pela mentalidade cultural russa” (ZHEBIT, 2010, p.114).

Além das medidas centralizadoras e da boa relação com o Ocidente, Putin pôde contar com a economia, acredita-se que ela foi o pivô que elevou a popularidade de Putin ao extremo. Durante seu primeiro mandato, o presidente contou com uma forte recuperação e crescimento econômico, ao contrário da realidade do governo de Yeltsin. Muitos estudiosos afirmam que Putin teve a sorte de pegar o governo da Rússia em 1999 após o “fundo do poço”, pois, os anos de 1999 e 2000 foram o




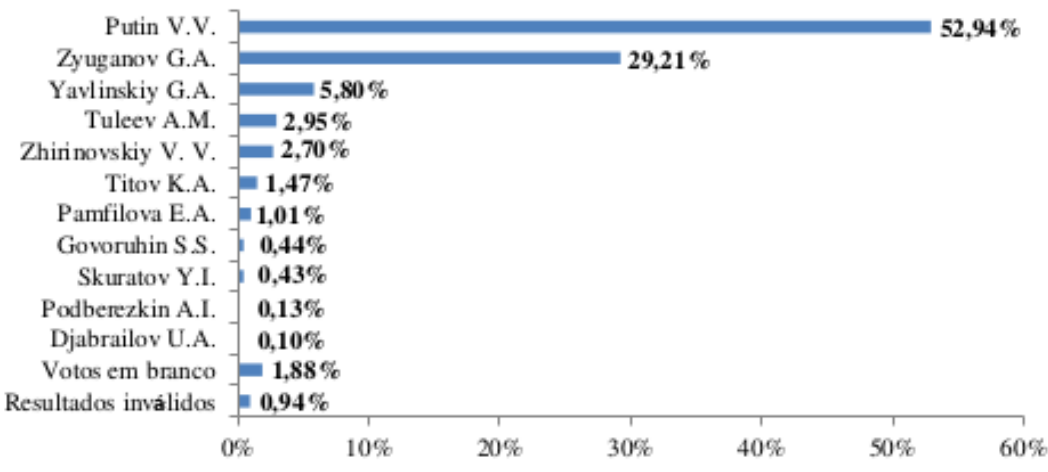
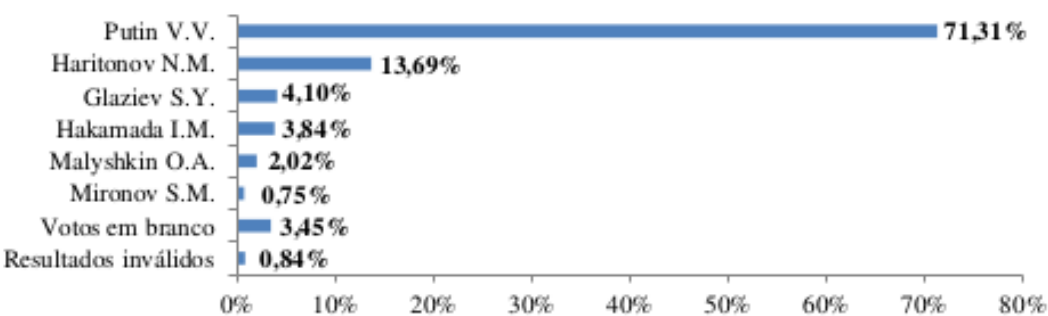
período em que os preços do petróleo dispararam no mercado mundial. Sabemos que a Rússia é um dos maiores produtores de petróleo do mundo e Putin contou com a subida dos preços do barril de petróleo para reorganizar a economia, onde ele pôde investir no desenvolvimento do país e conseguiu colocar os salários e as aposentadorias em dia. O presidente logo foi visto como um “Deus”, pois em menos de um ano de governo, o país já apresentava um considerável crescimento econômico e a população sentia isso com o aumento dos salários que triplicaram entre 1999-2008, o desemprego caiu para a metade e a população que se encontrava na linha da pobreza foi reduzida pela metade (SEGRILLO, 2014).

Em um panorama mais geral, Putin reduziu a burocracia para a abertura e condução de negócios, reduzindo o tempo do processo num prazo de uma semana. A reforma fiscal que simplificou o recolhimento dos impostos, introduziu uma baixa taxa única de imposto de renda de 13%. Essa nova taxa é conhecida como *flat tax*, esse imposto é dado de forma regressiva, ao contrário do sistema adotado pelo resto do mundo que é progressivo, ou seja, o imposto é maior quanto mais dinheiro a pessoa tem. Na *flat tax* o imposto é igual, independentemente da sua renda total.

Durante o governo de Yeltsin, a elite política que governava a Rússia eram os oligarcas, a esse tipo de governo deu-se o nome de plutocracia. Putin, ao iniciar seu governo, acaba com a influência dos oligarcas na política e coloca em seu lugar os *siloviki*, que são pessoas que trabalham para as forças de segurança do Estado, como o exército e a KGB. Putin mantém a ala liberal (civil) influenciando a economia do país, e para resolver as ameaças internas e externas deixa ser influenciado pelo grupo dos *silovik*. No segundo mandato os *siloviki* passaram a ter maior influência no governo, pois as tensões externas aumentaram.

Em 2004 Putin consegue ser reeleito, agora com mais de 70% dos votos. É interessante notar que nas eleições para o seu segundo mandato não houve outro candidato que pudesse disputar de forma significativa o cargo de presidência do país. Vale observar que nas duas eleições, Putin teve uma porcentagem maior do que a soma dos votos de todos os outros candidatos, tornando sua candidatura de relevância ainda maior.

Tabela 1 – Resultados de eleições presidenciais de 2000 e 2004 na Federação Russa

Data de Eleições	Participação	Vencedor <b>Vladimir Putin</b>	Comentário:
<b>26.03.2000</b> <b>14.03.2004</b>	<b>68.64%</b> <b>64.38%</b>		Presidente da Federação Russa foi eleito por um período de <b>4 anos</b> .
<b>26.03.2000:</b>			
			
<b>14.03.2004:</b>			
			

Fonte: Elaborado por Oxana Shpuy com base nos dados do site <<www.mail.ru>>

Agora reeleito, Putin contava com a economia que continuava crescendo, mas foi na política externa que tudo mudou. Quando os EUA decidem invadir o Iraque baseado em falsas denúncias de que haveriam armas de destruição em massa no país. Para o governo russo, essa invasão não foi interpretada como um ato defensivo, como foi na invasão do Afeganistão, na verdade Putin encarou a nova invasão como uma atitude imperialista. Outros problemas vieram a tona como: as Revoluções Coloridas, a rosa na Geórgia e a laranja na Ucrânia; o avanço da influência da OTAN em direção à Rússia e aos países vizinhos; a crise do gás natural (Guerra do Gás) entre a Ucrânia e a Rússia e posteriormente entre a Rússia e os países europeus. Podemos deduzir que ao contrário do

seu primeiro mandato, as relações com o Ocidente não continuaram de forma cooperativa, na verdade, muitos estudiosos indicam que a partir desses acontecimentos uma “nova Guerra Fria” se iniciou.

No âmbito interno, o processo de centralização política se consolidava ainda mais. Putin tinha o controle das grandes empresas de petróleo e de TV, o parlamento também estava controlado pelo partido de poder, o Rússia Unida, garantindo maior governabilidade para o presidente. Foi durante o seu segundo mandato que a organização Freedom House, instituto responsável por medir as liberdades políticas e civis em diversos países, rebaixou a Rússia de país “parcialmente livre” para país “não livre”.

Um exemplo disso ocorreu em 2006, quando o presidente Vladimir Putin alterou a lei que regulariza a criação e as atividades das ONGs na Rússia. Essa nova legislação considerava todas as ONGs que recebessem financiamento ou qualquer tipo de ajuda estrangeira como “agentes estrangeiros”, tratando dessa maneira, as organizações sem fins lucrativos teriam que se regularizar como agentes estrangeiros, passando por uma enorme burocracia. Segundo Chip Pitts (2015), toda ONG que receber ajuda estrangeira terá que: (a) se registrar como agente estrangeiro na lista do estado; (b) prover relatórios das suas atividades, fundos, despesas, conselho de administração a cada seis meses; (c) prover relatórios anualmente.

A ONG que se recusar a se registrar como agente estrangeiro, poderá ter seu trabalho parado por seis meses. Essa lei também modificou o Código Criminal da Rússia que agora poderá condenar por dois anos para quem recusar fazer o novo registro, três anos para o criador da ONG, dois anos para os participantes.

Essa nova legislação também pode negar o registro de ONGs que possam gerar ameaças a soberania, a política, a independência, a integridade territorial, a unidade nacional, a cultura e os interesses nacionais da Federação russa. Foi criada uma agência federal habilitada a proibir as transferências financeiras da ONG internacional para a sua filial local em prol de “proteger o sistema constitucional, a moral, direitos e legitimidade dos interesses da população e prover a segurança do país”.

Em um outro artigo, Anne Applebaum (2013) afirma que o presidente Vladimir Putin acredita que os países do ocidente, principalmente os Estados Unidos, usam as ONGs para “espionar” e até mesmo treinar os grupos que se declaram de oposição ao governo. Segundo a presidente do conselho de direitos humanos do Kremlin, Ellan Pamfilova, o “poder não deseja uma revolução organizada na Rússia com dinheiro estrangeiro como ocorreu na Ucrânia”.

Em maio de 2015, o presidente junto ao parlamento sancionou outra lei a respeito das ONGs, onde dá aos procuradores de justiça o direito de declarar “indesejáveis” as ONGs na Rússia

e mandar fechar as organizações estrangeiras que se intrometem na política russa. As ONGs que forem consideradas “indesejadas” não poderão abrir escritórios, divulgar materiais informativos, inclusive através da mídia, bem como realizar projetos próprios na Rússia. Além disso, a organização terá seus ativos congelados no país. Isso faz com que ONGs encarregadas de discutir questões políticas, como a Freedom House, Transparência Internacional ou Anistia Internacional estão completamente ameaçadas por essa nova lei.

Um exemplo disso foi o caso da agência norte-americana conhecida como Agency for International Development (USAID). O ministério das relações exteriores da Rússia ordenou o fim das atividades da USAID no país, argumentando que essa organização interferia na política de desenvolvimento do país, dando assistência financeira a algumas organizações civis. A USAID era de extrema importância para algumas das ONGs locais como a Golos (Voice), uma organização que trabalhava questões de direitos humanos. A Golos denunciou, em 2011, as violações cometidas nas eleições parlamentares, e nas eleições presidenciais de 2012. Essa ONG, assim com algumas outras, eram financiadas pela USAID.

Segundo Pitts (2015), a criação de leis anti-ONG não pode ser vista como um caso isolado russo, trata-se de um fenômeno global que vem ocorrendo após as Revoluções Coloridas e a Primavera Árabe. Leis que dificultam o funcionamento de ONGs foram instituídas no Peru em 2006, em Israel, na Ucrânia e na China.

Após surgir todo esses movimentos pró-democracia, a China também passou a ter maior receio quanto as ONGs e suas atividades dentro do país. Os protestos pró-democracia em Hong Kong de 2014 impulsionou o governo chinês a fechar ONGs estrangeiras para não deixá-las fomentar ainda mais a população contra as políticas antidemocráticas do país. Além do mais, ONGs americanas que promoviam as questões democráticas na Rússia, foram banidas do país, e ONGs de outras nacionalidades, terminaram por parar suas atividades com o aumento das restrições.

Com o aumento da influência dos *silovik* no governo, foi uma surpresa que Putin indicasse Dmitri Medvedev para ocupar o cargo de presidente após o término do seu mandato. Medvedev era considerado do grupo da ala civil, mais liberal e ocidentalista. Como na constituição russa o presidente é proibido de ter três mandatos, o que levou muitos estudiosos a pensar que Putin modificaria este item da constituição, já que possuía a maioria constitucional no parlamento, o que não veio a acontecer. A pergunta que fica é: Putin abdicou do poder ao indicar Medvedev como o seu sucessor? O que não ficou bem explicado e o que poucas pessoas sabem, é que a Federação Russa é semipresidencialista, onde o presidente fica responsável pela política externa e o primeiro-ministro ficaria responsável pela política interna. Dias depois de Putin anunciar Medvedev como seu sucessor, Medvedev anunciou que Putin seria seu primeiro-ministro. Esse arranjo permitiu Putin

a se manter no poder de 2008 a 2012, esse período ficou conhecido como a diarquia Medvedev-Putin. Segundo Tito Lívio (2015):

Devido ao carisma conquistado de Putin como “homem forte” do Kremlin, muitos autores vão argumentar que apesar da divisão de poderes, o primeiro-ministro terá ainda um importante papel no processo decisório do presidente. (LÍVIO, 2015, p. 96)

O governo de Medvedev foi marcado por duas grandes crises, a primeira foi o conflito com a Geórgia pela Ossétia do Sul, o que mostrou que a divisão presidente-primeiro-ministro só existia na teoria. Na prática quem deveria ter ido visitar o local do conflito era Medvedev, mas foi Putin o primeiro a ir ao local. A segunda grande crise foi na área econômica, uma crise que afetou o mundo todo. A Rússia passaria a apresentar crescimento negativo nos próximos anos do seu mandato, pondo fim a década do *boom* econômico. É importante lembrar que sendo um governo semipresidencialista, o responsável pela economia no país era o primeiro-ministro, é nesse momento que a oposição começa a crescer sobre Putin, surgindo grandes manifestações populares contra o autoritarismo do governo. Nas eleições parlamentares de 2011, com o partido governista recebendo 49% dos votos, os grupos de oposição não conseguiram atingir a barreira eleitoral de 7%, surgindo grandes manifestações de rua de uma oposição extraparlamentar que acusava o governo de praticar fraudes eleitorais. O auge dessas manifestações se dá com a eleição de Putin a presidente, com 64% dos votos.

Dois medidas conciliatórias com a oposição foram feitas ainda no mandato de Medvedev, a primeira foi a proposta de voltar as eleições diretas para os governadores regionais, e a outra foi a criação de uma nova lei que facilitara a criação de partidos político, no qual, Putin manteve essas medidas, mas ele ainda estava disposto a retomar as rédeas do governo e confrontar a oposição. O presidente agora agiria de modo repressivo aos protestos, impondo leis que dificultavam as manifestações de rua, chegando até a prender alguns dos manifestantes. Esse foi o caso da banda *Pussy Riot*, após o grupo ter invadido uma igreja em Moscou, cantando algumas das suas letras que misturam versos de protestos contra Putin e cânticos religiosos (BBC NEWS, 2013).

Mesmo com o crescimento das manifestações e com a queda do crescimento econômico (crescimento que elevou popularidade de Putin nos dois primeiros mandatos), Putin consegue se eleger para o seu terceiro mandato, que agora durará até 2018, podendo se reeleger para mais seis anos indo até 2024, devido a proposta enviada em 2008 pelo presidente Medvedev de aumentar o mandato presidencialista de 4 para 6 anos, ter sido aprovada na *Duma* por 388 votos a 58. Mas a pergunta que fica é: se o sucesso de Vladimir Putin no governo se deu através do crescimento econômico, como ele consegue ser reeleito, mesmo após a crise econômica de 2008?

Para responder essa pergunta devemos olhar para o período de transição do governo socialista para uma democracia capitalista com Boris Yeltsin. O caos social e econômico vivenciado pela população russa nesse momento marcaria a mentalidade desse povo. O fato é: a população russa tem medo de grandes mudanças de governo, preferem continuar da maneira que estão para não ter que enfrentar uma transição para o inseguro, ou seja, para um governo que eles não conhecem.

Se um grande número de russos apoiava Putin em seus primeiros anos por este ter permitido um grande crescimento econômico na Rússia, após a crise muitos deles, “escaldados” pelas turbulências da década de 1990, parecem ter ficado com medo de “balançar o barco” e trocar da liderança já conhecida de Putin por outra ainda não testada (ou que fossem das antigas da malfadada década de Yeltsin). Ou seja, a insegurança e o medo do desconhecido fez com que preferissem ainda a testada e bem sucedida economicamente administração Putin do que em uma jornada nova rumo ao desconhecido. (SEGRILLO, 2014 p.165)

O que fica marcado quando estudamos a sociedade russa é que a mentalidade autoritária permaneceu, fazendo com que, por meios democráticos, líderes “enérgicos”, com tendências autoritárias, cheguem ao poder (PASSOS, 2010).

### **3.2 O JOGO PARTIDÁRIO: FINAL DA ERA SOVIÉTICA ATÉ OS DIAS ATUAIS**

A forma como foi conduzida o movimento partidário nos momentos finais da URSS criou um cenário de disputa, alianças e separações entre os novos movimentos partidários e até mesmo dentro do maior partido existente. Durante 70 anos o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) dominou no cenário soviético através do centralismo adotado pelos bolcheviques, onde, esse centralismo permitiu muitas vezes o partido de sobreviver diversas crises e repressões. Uma das principais características do PCUS no período soviético é o fato de que o Estado foi “engolido” pelo partido (SEGRILLO, 2005). O Partido Comunista tinha o Estado sob seu controle, para cada escalões do governo existia uma estrutura correspondente do partido. Um exemplo disso está na divisão do governo em ministérios, o PCUS reproduzia esta estrutura. O autor menciona esse fato em seu livro *Rússia e Brasil em transformação*:

Em cada distrito, cidade e região, o partido tinha, respectivamente, seu comitê distrital (Raikom), comitê de cidade (Gorkom) e comitê regional (Obkom ou Kraikom) (parágrafos 41 e 42 do estatuto do PCUS). (SEGRILLO, 2005. p.19)

Nesse momento o partido se confundia com o Estado pois a maioria dos membros que trabalhavam para o governo nos mais altos níveis também eram filiados ao PCUS. As decisões estratégicas antes de serem tomadas nas instâncias governamentais superiores, já tinham sido discutidas nas instâncias partidárias correspondentes (SEGRILLO, 2005).

No dia 13 de março de 1990, no meio de toda a confusão gerada pela *Perestroika* o monopartidarismo foi oficialmente extinto na URSS no momento em que o Soviete Supremo revoga o Art. 6º da constituição. Esse artigo determinava que o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) era o “líder e força guia na sociedade soviética e o núcleo de seu sistema político”. Não podemos negar que até mesmo antes da revogação do Art. 6º já haviam começado a se formar algumas estruturas protopartidárias, sendo consideradas organizações não-oficiais muitas de caráter informal, dedicadas ao estudo de questões culturais, sociais, ecológicas, etc (SEGRILLO,2005). Vale ressaltar que essas organizações informais seguiam um viés mais liberal e antiautoritário. Durante o período de 1988-89 surgem também as frentes nacionais nas repúblicas da URSS. As frentes nacionais começaram a questionar não apenas os erros do passado stalinista ou da “época da estagnação” brezhneviana, mas também os próprios princípios autoritários do sistema soviético como um todo. (SEGRILLO, 2005)

Ainda no ano de 1990-91 o país enfrenta o que ficou conhecido como a “primeira onda” de formação partidária. Nesse período há uma configuração bipolar no cenário político soviético, onde, surgem organizações herdeiras de movimentos da Rússia pré-1917, como os pequenos movimentos monarquistas, porém, esses grupos nostálgicos à monarquia não conseguiram mobilizar a maior parte da população. Nesse período havia apenas duas principais correntes que conseguiram chegar ao centro das atenções, uma formada pelos “democratas” e outra pelo *stablishment* dos PCUS. É importante lembrar que nesse período o PCUS já não podia ser considerado um partido forte e monolítico como outrora. Internamente, o partido estava dividido por consequência do desenrolar da *perestroika*, enfrentando uma série de tensões internas, no qual o partido se dividia em duas correntes, uma que continha a maioria esmagadora do partido, a corrente gorbacheviana, conhecida como a plataforma democrática, em que pregava uma ida rápida da URSS a uma economia de mercado e a transformação do PCUS em um partido social-democrata tradicional. Em oposição a corrente gorbacheviana, encontrava-se o movimento Unidade liderado por Nina Andreyeva, onde atacava o “revisionismo” gorbachevista e pregava a volta do PCUS às suas características leninistas-stalinistas originais. Uma plataforma democrática originada dentro do PCUS acabaria por evoluir para a social-democracia, no qual, acompanhou a retirada de Boris Yeltsin do PCUS em 1990, quando fundou o Partido Republicano da Federação Russa.

A direita radical também teve sua participação através de diversas organizações nacionalistas, muitas delas xenófobas, monarquistas, etc. São elas, a Frente Nacional Patriótica; a Frente Patriótica Ortodoxa; o Partido Popular Republicano da Rússia que posteriormente seria renomeado Partido Nacional-Republicano da Rússia; o movimento “Unidade Nacional Russa” e o Movimento Ortodoxo. Todos esses mencionados seriam pequenos partidos que passariam por processos de unificações, alianças e separações. Ainda no âmbito da direita nacionalista, a única organização que cresceria a ponto de se tornar um dos maiores partidos do país seria o Partido Liberal-Democrático da União Soviética, que após a queda da URSS ganha o nome Partido Liberal-Democrático da Rússia (PLDR). De acordo com o historiador Segrillo (2005), o LDPR nada teria de ideologia liberal, mas sim, representava uma direita nacionalista xenófoba e autoritária, considerada como um partido neofascista.

De 1992 a 1993, começa a “segunda onda” de formação partidária, nesse momento ocorre o fim da luta entre os democratas e o PCUS. A queda da URSS, no primeiro semestre de 1991, encerra o monopólio partidário e põem fim ao PCUS. Segrillo comenta o destino dos democratas com o fim do PCUS:

Enquanto até ali toda a luta dos democratas se concentrava em medir forças com o PCUS, na ausência deste os primeiros se viriam sem seu inimigo principal e que, de certa maneira, dava sentido à sua existência como bloco conjunto. Os **slogans** democráticos gerais eram suficientes para mantê-los unidos contra o PCUS, mas uma vez não mais existindo este nem a URSS, os democratas se viriam na situação de terem que olhar para si próprios e assumirem, eles mesmos, a responsabilidade pela situação do país. Nessa nova fase os **slogans** democráticos gerais não eram mais suficientes e havia necessidade de políticas específicas para os problemas concretos da Rússia. Isto levou a uma divisão no movimento a partir do instante em que diferentes soluções concretas eram propostas. (SEGRILLO,2005. p.35)

É importante mencionar a fundação do movimento Rússia Democrática (DemRossiya) em 1990. Esse partido foi fruto de uma grande coalizão aglutinadora de partidos e organizações que defendiam uma ideologia baseada nos princípios democráticos gerais. Esse partido teve um papel importante no período da “primeira onda” de formação partidária pois conseguiram reunir forças suficientes para gerar uma vitória do bloco democrata sobre o *stablishment* do PCUS. Quando entra para o período da “segunda onda” de formação partidária, o movimento Rússia Democrática (DemRossiya) sofre um processo de dissensão, onde alguns dos partidos que outrora apoiaram o DemRossiya saíram do partido. Os principais motivos da dissensão entre os membros do DemRossiya são: discordância quanto a criação de um novo Tratado da União, que tinha como objetivo regular a relação entre as repúblicas soviéticas; a dissolução da URSS; e por último, a “terapia de choque” criada durante a presidência de Boris Yeltsin. A “terapia de choque” dividia a



opinião do movimento democrata no momento em que a estratégia usada para estabelecer uma economia de mercado estava gerando um enorme custo social, ou seja, o povo estava sofrendo para se adaptar ao novo sistema.

Para agravar a situação do Partido Democrata, ainda no governo de Yeltsin, se inicia uma nova discussão quanto a questão da dissolução da URSS em suas repúblicas constituintes. Nesse momento surge a “oposição”, uma comunista que não aceitava a dissolução da pátria do socialismo e do outro lado, os nacionalistas direitistas que negam a perda do grande “império” russo. A união dessa oposição fica conhecida como oposição vermelho-marrom.

As políticas da “terapia de choque” fez com que o parlamento se juntasse ao coro, representado pelos partidos de oposição, que acusavam Yeltsin de não ter sensibilidade social. O então presidente da Federação Russa perde seu apoio majoritário e em 1993 sofre um processo de *impeachment* pelo parlamento. Nesse momento, Yeltsin manda canhonear o edifício onde se localizava os parlamentares e dissolve o Parlamento (Soviete Supremo). O presidente alegava que o parlamento era um resquício dos tempos autoritários da URSS e que precisava ser extinto. Nesse mesmo ano, foi elaborada uma nova constituição que ficaria no lugar da soviética de 1977.

A constituição de 1993 ficou marcada como sendo fortemente presidencialista, criou-se então uma assembleia bicameral (Assembleia Federal), e o mais interessante foi a forma com que as eleições da Duma Estatal seriam feitas. Os partidos seriam eleitos por sufrágio universal e voto distrital misto, lembrando que para obter uma cadeira na Duma pelas listas partidárias o partido teria que obter no mínimo 5% dos votos. Esse novo sistema eleitoral se torna completamente favorável ao presidente e tem uma capacidade de distorcer os ganhos partidários. Segrillo(2012) nos mostra isso em seu artigo ao mencionar o resultado das eleições de 1993 que inauguraram o novo sistema:

Para a consternação dos observadores internacionais. O partido mais votado pelas listas partidárias foi o neofascista PDLR,<sup>13</sup> de Zhirinovskii, com 32% dos votos, seguido pelo Escolha da Rússia ( que apoiava Yeltsin, com 15,5%) e pelo Partido Comunista (12,4%). Na realidade, devido ao sistema distrital misto adotado, os resultados reais na Duma eram diferentes. Os dados acima se referem à votação em listas partidárias (voto em partido), pelas quais metade da Duma era eleita. A outra metade era eleita pelo voto distrital uninominal simples (voto em candidato individual). Os candidatos distritais podiam ter filiação partidária ou serem candidatos independentes. Isto, além de criar uma imensa fragmentação no parlamento, com representantes atomizados das mais diferentes organizações eleitorais, fez com que, na realidade, contada a votação proporcional em partidos e voto distrital uninominal em candidatos avulsos, o Escolha da Rússia ficasse com 17,8% das cadeiras da Duma, o PDLR, com 14,4%, e o PCFR, com 10,81%. (SEGRILLO, 2012)

<sup>13</sup> Partido Democrático Liberal da Rússia (PDLR)

O novo sistema garantiu o poder a Yeltsin no seu primeiro mandato, porém, o agravamento da crise econômica terminou por enfraquecer o poder do presidente, o que ficou evidente nas eleições parlamentares de 1995 que se tornou desfavorável para o seu partido. Em sua configuração, ficou o Partido Comunista em primeiro lugar com, em seguida o PDLR e em terceiro lugar o partido criado por Yeltsin (Nossa Casa é a Rússia) pelas listas partidárias. Já em 1996, houve as eleições presidenciais onde Yeltsin, já enfraquecido, consegue vencer o candidato comunista com muita dificuldade em um segundo turno.

A situação do então presidente Yeltsin se agrava de maneira irreversível após a crise financeira de 1998 e através de pesquisas eleitorais ficou claro a rejeição da maioria da população ao seu governo. Ciente disso, Yeltsin convida um jovem, que mudaria todo o cenário político da Rússia para ser primeiro-ministro, Vladimir Putin, e logo em seguida Yeltsin renuncia (1999). Jovem, 48 anos, ex-membro da KGB, pouco conhecido no mundo político e desvinculado do fracassado governo anterior, Putin governa como presidente interino até as eleições de 2000.

### **3.3 OS PRINCIPAIS PARTIDOS POLÍTICOS DA FEDERAÇÃO RUSSA**

Após as eleições de 2000, a configuração partidária se tornou limitada, com a participação de alguns poucos partidos políticos. Tanto o autor Angelo Segrillo(2005) quanto Oxana Shpuy(2013) citam apenas 5 partidos que podem ser caracterizados como organizações fortes e independentes. Seguiremos apresentando seus nomes e suas principais características. (1) Partido Comunista da Federação Russa: considerado o sucessor oficial do Partido Comunista da URSS, o partido agrada os defensores de três correntes de pensamento político: a linha dura de marxistas-leninistas, nacionalistas patriotas e reformistas marxista/social-democrata. É o maior partido de oposição; (2) Partido Liberal-Democrata da Rússia: considerado de extrema-direita, atrai o eleitorado russo pelo seu populismo nacionalista e xenófobo ao propor uma “Rússia para os Russos”, além de se apropriar da ideia de “reconquista imperial”; (3) Democratas – Yabloko: a maior parte dos seus membros são mulheres (59%), o partido é financiado pela empresa Yukos que atua no setor petrolífero. Defende a participação da Rússia na União Europeia, economia de mercado, igualdade de oportunidades, proteção da propriedade privada, transparência no poder, o Estado de Direito e concorrência política e econômica; (4) Partido Rússia Justa: reconhecido como um partido de esquerda que apoia o socialismo moderno. De início apoiava o partido “Rússia Unida” criado por Vladimir Putin, atualmente atua como uma forte oposição ao governo atual; (5) Partido Rússia Unida: considerado de centro-esquerda, defende a modernização da economia e do

sistema de educação, erradicação da corrupção, manutenção da paz, luta contra a migração ilegal, desenvolvimento de um sistema político moderno, segurança interna e externa, polícia mais eficaz, forças armadas mais poderosas e aumento do prestígio militar dentre outras coisas.

Precisamos dar uma atenção especial para o Partido Rússia Unida ao longo desse trabalho pois ele tem proporcionado ao atual presidente uma alta margem de manobra em seu governo. A Rússia Unida é considerada um Partido de poder (*partiya vlasti*), ou seja, esse partido tem capacidade de centralizar influências e impor-se na vida política (REMINGTON, 2005), onde dispõe de quase dois terços de assentos na Duma atual (299 dos 450 deputados), dando ao Partido o poder de estabelecer o destino político e administrativo do país. Através desse partido, Putin conseguiu aprovar leis consideradas radicais e hipercentralizadoras, como em 2003 em que conseguiu promover algumas modificações na constituição sem a necessidade dos votos da oposição, sabendo que o Partido de poder junto com seus aliados configurariam a maioria da Duma. Lembrando que no caso da constituição russa, dois terços dos votos são necessários para alterá-la.

Eis aqui uma modificação elaborada durante o governo Putin no sistema partidário russo, junto ao Partido de poder que nos chama atenção: o fim do voto distrital misto pelo voto proporcional puro. Putin declarou que transformando o voto distrital misto em proporcional diminuiria a fragmentação partidária deixando apenas os partidos fortes e estáveis. Em seu artigo, Segrillo (2012) faz uma análise desta situação usando as leis de Duverger<sup>14</sup> e nos mostra como o sistema russo consegue distorcer essas leis.

No caso proposto por Duverger, o voto proporcional, onde a porcentagem de votos obtidos se traduz em porcentagens semelhantes em cadeiras, faz com que as pessoas passem a votar sem medo de “desperdiçar” o voto. Esse sistema tende a incentivar o multipartidarismo e é considerado mais democrático, ao contrário do voto distrital (uninominal), onde faz com que apenas uma cadeira esteja em disputa por distrito. Isso evita o desperdício de voto, no caso, os eleitores passam a fazer “voto útil”. Esse sistema tende a criar um cenário bipartidário e conseqüentemente menos representativo (democrático), porém, a capacidade de governabilidade é bem maior no sistema distrital.

A constituição de 1993, elaborada por Yeltsin utiliza o voto distrital misto, parte proporcional parte distrital. Entendendo que o voto distrital tende a levar ao bipartidarismo e a metade proporcional tenderia a caminhar para o multipartidarismo. O fato mais interessante sobre o sistema eleitoral russo está nesse detalhe:

---

<sup>14</sup> Maurice Duverger apresenta leis que descrevem como o sistema eleitoral afeta o sistema partidário. Essas leis ficaram conhecidas como “Leis de Duverger”.

Em sua metade proporcional, eram eleitos relativamente poucos partidos, e sua grande fragmentação (grande número de partidos) provinha da sua parte distrital. (SEGRILLO, 2012, p.111)

Para entender essa situação devemos olhar para algumas peculiaridades nesse sistema eleitoral. Em primeiro lugar a existência da cláusula da barreira mínima, considerada alta (5%), ela é responsável por frear a fragmentação partidária no voto proporcional. Em segundo lugar, na parte do voto distrital uninominal puro se fragmenta os partidos, pois, no sistema russo não há exigência quanto a filiação em um partido político, em resumo, o candidato não precisa estar afiliado a algum partido para concorrer nas eleições. Isso tende a aumentar a fragmentação através dos candidatos independentes e dos que estão vinculados a pequenos partidos de popularidade local. Por isso, ao contrário do que as leis de Duverger nos dizem, o voto distrital, que tenderia a criar uma disputa bipartidária, com a não obrigação da filiação partidária tem gerado uma enorme fragmentação, ou seja, cria uma disputa multipartidária. Na parte proporcional, onde deveria criar um cenário multipartidário, a determinação da cláusula da barreira mínima limitou a participação de vários partidos. Acredita-se que esse sistema tem como objetivo diminuir a fragmentação, permitindo apenas os partidos fortes e estáveis de disputar o poder, criando um sistema partidário mais consolidado.

Entendendo como o sistema eleitoral funciona na Rússia, podemos averiguar as mudanças propostas pelo presidente Vladimir Putin. Pretendendo diminuir a fragmentação partidária, o presidente determinou o fim do voto distrital e passa a adotar apenas o voto proporcional puro, elevando a cláusula de barreira mínima para um partido obter assento no parlamento de 5% para 7%. Com isso, Putin diminuiu a fragmentação partidária assegurando que somente partidos grandes e com ampla representação nacional pudessem ocupar o parlamento. Dessa maneira, os partidos que conseguiram obter assentos no parlamento após essa alteração foram: Partido Rússia Unida, Partido Comunista, Partido Liberal Democrata e Rússia Justa.

Quadro 6 – Partidos mais votados nas eleições legislativas (1993-2007)

<b>Partidos mais votados nas eleições para a Duma – 1993, 1995, 1999, 2003 e 2007</b> (Em % arredondada de votos recebidos pelas listas partidárias)					
Lugar	1993	1995	1999	2003	2007
1ª	Partido Liberal Democrático da Rússia (22,9)	Partido Comunista da Federação Russa (22,3)	Partido Comunista da Federação Russa (24,3)	Rússia Unificada (37,6)	Rússia Unificada (64,1)
2ª	Escolha da Rússia (15,5)	Partido Liberal Democrático da Rússia (11,2)	Unidade (23,3)	Partido Comunista da Federação Russa (12,6)	Partido Comunista da Federação Russa (11,6)
3ª	Partido Comunista da Federação Russa (15,5)	Nossa Casa é a Rússia (11,1)	Pátria: Toda a Rússia (13,3)	Partido Liberal Democrático da Rússia (11,4)	Partido Liberal Democrático da Rússia (8,2)
4ª	Mulheres da Rússia (8,1)	Yabloko (6,9)	União das Forças Direitas (8,5)	Pátria (9,0)	Rússia Justa (7,8)
5ª	Partido Agrário (8,0)		Bloco de Zhirinovskii (6,0)		
6ª	Bloco de Yavlinskii-Boldyrev-Lukin (7,9)		Yabloko (5,9)		
7ª	Partido de Unidade e Concórdia (6,8)				
8ª	Partido Democrático da Rússia (5,5)				

Analisando o Quadro 6, especialmente para o ano de 1993, quando o voto ainda era da forma distrital mista e a cláusula de barreira mínima de 5%, a quantidade de partidos que conseguiram assento no parlamento russo foi alta. A partir de 1995, quando o sistema muda para o voto proporcional e a barreira mínima subiu para 7%, gerou-se uma diminuição de partidos que conseguiram assentos na Duma. De 1995 em diante entendemos que a democracia na Rússia têm sido distorcida por mecanismos políticos que conseguem burlar todo um sistema eleitoral. Mesmo adotando um sistema de voto proporcional com eleições diretas e secretas, os grupos minoritários que não se encaixam nas propostas dos grandes partidos não estão sendo representadas no parlamento pois não conseguem obter os 7% dos votos necessários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os temas abordados durante este trabalho, podemos refutar as principais questões levantadas nesta pesquisa. A primeira questão se preocupa em definir o tipo de regime político que possa melhor caracterizar o país russo atualmente.

Início da década de 1990, o ocidente paralisa para observar a União Soviética se desmontar. A queda da URSS trouxe para a Rússia um novo sistema político e econômico, sendo eles respectivamente a democracia e o capitalismo aos moldes ocidentais. O ocidente acompanhava atentamente essa transformação, e durante o governo de Boris Yeltsin parecia que o país estava caminhando para se transformar em uma democracia.

Mas que tipo de regime político se formou no período pós-soviético? Na verdade todas as previsões estavam de certa maneira equivocadas, um período de regime híbrido se instalou entre a maioria dos países que antes eram pertencentes a URSS, inclusive na Federação Russa. Para os acadêmicos ocidentais, os regimes híbridos seriam apenas característicos de países que estivessem em transição para um sistema democrático e capitalista. Essa previsão se mostrou incorreta a partir do momento em que alguns países voltaram a apresentar regimes autoritários, outros permaneceram como regimes híbridos até hoje, e alguns poucos se tornaram democráticos.

No caso russo, houve uma permanência do regime híbrido. Levitsky (2010) define o novo regime político do país como um autoritarismo competitivo, onde há elementos autoritários, como o controle da mídia, repressão à oposição, jornalistas e ativistas e centralização política. E também apresenta elementos de um sistema democrático, como sufrágio universal, multipartidarismo e eleições onde a população tem a liberdade de eleger seu líder.

Nesse tipo de regime não há uma real intenção do Chefe de Estado de dismantelar as instituições democráticas, mas sim de controlá-las. Essas instituições, quando dominadas, terminam contribuindo para o fortalecimento do poder de Putin. Levitsky (2002), diz que existem quatro arenas onde a oposição pode tentar desafiar o líder autoritário, e são essas arenas que Putin conseguiu controlar aos poucos. São elas: arena eleitoral, arena legislativa, a arena judicial e a mídia.

Putin já tem um amplo domínio na primeira arena, não existem praticamente nenhum membro da oposição com capacidades reais de competir em uma disputa eleitoral com o atual presidente. Putin também tem o controle das eleições dos governadores regionais, limitando a autonomia dos distritos, que terminam por se alinhar completamente aos desejos do governo central.

Na arena legislativa, Putin pode contar com o Partido Rússia Unida para impor seus projetos, já que, o partido ocupa mais de dois terços das cadeiras da *Duma*. Lembrando que esse número de aprovação é o necessário para que se possa fazer alterações constitucionais sem precisar dos votos dos outros partidos.

Putin tem contado com o apoio da arena judicial para controlar as manifestações e a oposição. E por último, a mídia, que atualmente é dominada pelo estado e as emissoras que ainda são particulares são de grandes empresários alinhados ao Kremlin. Através destas arenas, Putin consegue controlar toda as potenciais ameaças causadas pela democracia, não havendo necessidade de extingui-las, caso contrário, se Putin decidisse acabar de vez com as instituições democráticas no país, tornaria seu governo mais suscetível a revoltas populares (LEVITSKY, 2012).

Sobre a questão de como as instituições democráticas vêm contribuindo para o fortalecimento de Vladimir Putin durante seu governo, podemos responder que todas essas arenas e instituições quando controladas, sejam por meio: da constituição que favorece o presidente; ou do partido de poder; ou por simpatizantes do governo, no qual, terminam sendo de uma fundamental importância para fortalecer o poder executivo, lhe garantindo maior margem de manobra.

Outro problema que termina afetando diretamente a democracia no país é o chamado superpresidencialismo. Retomando as ideias de Montesquieu em sua teoria dos três poderes, o teórico defendia a autonomia das estruturas de poder do estado, em resumo, os poderes executivo, legislativo e judiciário seriam autônomos, teriam poderes equivalentes e seriam complementares uns aos outros. Podemos afirmar que na Rússia existe mesmo os três poderes, mas que eles não estão dispostos igualmente.

O poder executivo se apresenta desproporcional aos outros dois poderes, analisando a constituição de 1993 podemos notar uma estrutura de poder vertical. Nesse sentido, o poder executivo no país é considerado forte e os outros poderes são controlados por pessoas leais ao presidente. Putin pode contar com esses mecanismos para alavancar o processo de centralização política durante seu governo.

Até esse momento falamos sobre a estrutura do governo russo e de como Putin conseguiu controlar todas as arenas que possivelmente poderiam ser ameaçadas pela oposição. O que nos resta entender é: o que impulsionou o retorno do autoritarismo no país após os anos 2000? E como a população tem reagido quanto ao abuso de poder do governo? Para entendermos o comportamento político da sociedade russa atual, devemos voltar alguns séculos e entender um pouco da onde surgiu a cultura autoritária do país.

A Rus' de Kiev era um conglomerado de cidades-Estado com vassalagem ao príncipe de Kiev, era uma sociedade desunida, até para questões de segurança comum e politicamente

descentralizada. Rus' apresentava uma configuração política diferente, onde o príncipe conduzia o governo junto com os seus guerreiros (*druzhina*), além disso, existia uma assembleia do povo (*veche*). Essa desunião terminaria por facilitar a invasão de inimigos externos, o que terminou por acontecer em 1242 a rus kieviana foi dominada pelos mongóis.

Durante os dois séculos de domínio mongol as cidades-Estado continuaram disputando o poder entre si, o que levou o fim da rus kieviana e a supremacia do Estado de Moscóvia. O Grão-ducado de Moscou surge como um Estado centralizado politicamente e o poder se encontrava concentrado nas mãos do czar. Ao contrário da realidade da Rus' de Kiev, o centralismo político em Moscóvia pode permitir a sobrevivência do Estado e seu conseqüente desenvolvimento. Esse evento terminaria marcando fortemente a mentalidade da população russa, inclusive na atualidade. A ideia de que a sociedade só pode sobreviver através da ordem exercida por um regime autoritário.

Durante os próximos anos a Rússia passaria por uma ordem de sucessão monarquia intercalando entre uma maior e menor aproximação com o ocidente. A medida que as atitudes autoritárias do czar e o controle do Estado aumentavam, a Rússia vai começando a se distanciar da realidade ocidental, onde os movimentos liberais já começam a tomar o continente.

A revolução socialista de 1917 trouxe a tona outro tipo de autoritarismo, o governo agora seria controlado por um partido, o Partido Comunista da União Soviética (PCUS), esse período também foi marcado por alto nível de controle estatal e de repressão. Segundo Arendt (2012), o período em que Stalin guiou a URSS foi descrito como um regime totalitário, assim como na Alemanha nazista. O regime totalitário é característico pois o PCUS agora dominava todos os aspectos da vida soviética.

A democracia só retornaria a ser debatida com o último presidente da URSS, Gorbachev e seu projeto de reestruturação/reforma econômica e política. O desenrolar político desse período terminou por colocar Yeltsin no poder, e o mesmo foi responsável pela saída da Rússia da União Soviética, levando seu fim. É importante lembrar que a população russa não aprovou de maneira alguma essa medida, eles pediam apenas uma maior autonomia das repúblicas mas não eram a favor do fim da união.

Outra questão levantada neste trabalho, diz respeito a percepção que a população russa tem sobre a democracia, ou seja, como a experiência democrática marcou o país? A resposta para isso está no período em que Yeltsin se torna o primeiro presidente da Federação Russa, agora democrática e capitalista. Para alguns autores esse período foi controverso a respeito do quesito "democracia". Para o historiador Angelo Segrillo (2015), o governo de Boris Yeltsin foi considerado o mais democrático de toda a história do país. Segundo Levitsky (2010), a Rússia pós-comunista



nunca foi democrática, pois o presidente Yeltsin também utilizou o seu poder para fechar o parlamento em 1993 e foi acusado de fraudar as eleições.

Esse período é de bastante relevância para entendermos a mentalidade da população nos dias de hoje. O governo de Yeltsin foi marcado pelo caos econômico e social causados pela “terapia de choque”, um processo radical de privatização e abertura econômica que terminaram por elevar a inflação e deixar grande parte da população desempregada. Se contarmos com a opinião de Sergrillo (2014) e encararmos esse período como o “mais democrático”, podemos concluir que no cenário econômico foi um terror.

Gessen (2012) define este momento com as seguintes palavras: “imagine ter um país e ninguém para governá-lo. Para Boris Yeltsin e seu círculo de colaboradores, essa era a situação que enfrentavam em 1999” (GESSEN, 2012, p.19). A população acabou tendo uma péssima experiência em relação a democracia e isso contribuiu para a eleição de Vladimir Putin poucos anos depois. Esse evento em particular, terminou por aflorar na população o sentimento de que apenas um líder forte pudesse trazer de volta a ordem política, econômica e social para o país. E foi com esse pensamento que a população russa foi as urnas em 2000, elegendo Putin e diretamente apoiando o retorno das tendências autoritárias e centralizantes após os anos 2000.

Putin entra no cenário político como primeiro-ministro de Yeltsin em 1999, e já inicia uma campanha militar contra o grupo separatista checheno, ele logo é visto como um herói pelos russos, pois, ao contrário de Yeltsin, estava retomando o controle dos governos regionais. Putin chega a presidência do país nos anos 2000, e dá início ao processo de centralização política, retomando o controle dos governos regionais de algumas das indústrias consideradas estratégicas, como a de petróleo e algumas emissoras de TV.

O sucesso de Putin também se deu através da economia, ele pôde contar com o aumento de preço dos barris de petróleo, onde o lucro foi revertido para estabilizar economicamente o país. Quando Putin se torna primeiro-ministro e Medvedev presidente o país começa a enfrentar uma crise econômica que atingiu o mundo todo, o crescimento econômico do país cai substancialmente, fazendo com que manifestações extraparlamentar eclodissem.

O que impressiona é que mesmo com uma geral insatisfação da população com o governo de Medvedev e Putin, eles terminam por eleger Putin para um novo mandato como presidente do país. Esse comportamento se explica através da má experiência da transição do governo soviético para o democrático. A população adquiriu um certo receio em apoiar transformações muito radicais, preferindo reeleger uma personalidade já conhecida do que votar para algo inseguro e desconhecido como aconteceu no fim da URSS.

Um comparativo entre as diferentes eras da história russa, podemos notar um certo padrão no que diz respeito a permanência de líderes fortes e com tendências autoritárias. O que diferencia um período do outro é apenas a manutenção dos poderes, por exemplo, durante o período da Rússia Imperial o poder do controle do Estado estava nas mãos do czar e da monarquia. Com o advento da revolução russa, houve um momento relativamente democrático com a formação de alguns partidos políticos.

O regime repressivo czarista foi substituído após a revolução de outubro de 1917, por uma ditadura monopartidária dos bolcheviques. Segundo Segrillo (2005), o Partido Comunista passou a controlar todas as áreas da vida política, econômica e social da população russa. O PCUS adquiria uma estrutura semelhante à do Estado onde todas as medidas governamentais eram discutidas por um grupo resumido que compunha a elite do partido. A figura do líder soviético era adorada, principalmente com a contribuição da mídia e da propaganda que era controlada pelo Estado.

Atualmente, presenciamos com uma certa frequência nos jornais e em artigos, autores que comparam Vladimir Putin a um czar do período da Rússia Imperial (GLESSE, 2012). Devido ao seu estilo de governo, onde procurou colocar as rédeas nos governos regionais e no caos econômico que a Rússia apresentava quando chegou ao poder através de políticas centralizantes e autoritárias.

Com todos esses eventos mencionados anteriormente, podemos concluir que a população russa continua a confiar o futuro do país a um líder autoritário, elegendo-o mesmo que de forma democrática. Eles acreditam que só um líder forte será capaz de guiar e levar ordem para o país, terminando por se distanciarem dos debates e temas políticos, deixando isso apenas para quem trabalha junto ao presidente. A população não acompanha o desenrolar político do país, e também não se parece muito motivada a participar de manifestações, tornando a oposição no país muito fraca e praticamente incapaz de medir forças dentro do parlamento ou nas disputas eleitorais.

A população russa possui uma mentalidade autoritária, confiam no líder forte mesmo que isso lhes custem alguns direitos civis a menos. Um exemplo disso é o que a mídia propaga sobre Putin, mostrando-o como um herói, valente, caçador e ativo. Essa mentalidade autoritária está fazendo com que mesmo por meios democráticos, líderes “enérgicos” com tendências autoritárias cheguem ao poder (SILVA,2010).

Entendemos então que o “retorno” de uma nova tipologia de autoritarismo tenha voltado a atuar na Rússia, com o apoio da população. E esse cenário só poderá ser transformado através de uma mudança cultural, pois, a existência da participação popular nas eleições têm se mostrado insuficiente para promover alguma mudança concreta em direção a democracia do país. A sociedade russa terá que criar uma experiência democrática nova, não precisando ser literalmente a mesma

adotada pelo ocidente, para que possam de alguma forma se transformar em um país efetivamente democrático.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli (Org.). **O renascimento de uma potência: a Rússia no século XXI**. Brasília: Ipea, 2012..
- APPLEBAUM, Anne. **Putinism: the ideology**. Londres: Lse Ideas, 2013.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Tradução de: Roberto Raposo.
- AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 44. ed. São Paulo: Globo, 2003.
- BBC NEWS, Pussy Riot: The story so far. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-25490161>>. Acesso em 21 de novembro de 2016.
- BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. 10. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 183 p.
- BOBBIO, Noberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. São Paulo: Editora UNB. 2004.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- BUSHCOVITCH, Paul. **História Concisa da Rússia**. São Paulo: Edipro, 2014. Tradução de :José Ignácio Coelho Mendes Neto.
- COELHO, Ricardo Corrêa. **Ciência Política**. Florianópolis: Capes, 2010.
- COLTON, Timothy J.; MCFAUL, Michael. **Are Russians Undemocratic?** New York: Carnegie Endowment For International Peace, 2001. Disponível em: <<http://carnegieendowment.org/files/20ColtonMcFaul.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- DAHL, Robert A. **A Democracia e Seus Críticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- DAHL, Robert A.. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 230 p. Tradução de: Beatriz Sidou.
- DETH, Jan W.; NEWTON, Kenneth.. **Foundations of Comparative Politics: Democracies of the Modern World**. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2009.
- GEL'MAN, Vladimir. The rise and decline of electoral authoritarianism in Russia. **Demokratizatsiya**, v. 22, n. 4, 2014.
- GESSEN, Masha. **Putin: a face oculta do novo Czar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. Tradução: Maria Helena Rouanet.
- KELSEN, Hans. **A democracia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KILE, Mikhail. **Khruchov e a desagregação da URSS**: Ensaio analítico sobre o relatório de Nikita Khruchov apresentado à sessão secreta do Comité Central do PCUS em 25 de Fevereiro de 1956. 2005. Disponível em: <<http://www.hist-socialismo.com/docs/Khruchoveadesagregacaodaurs.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 315 p.

LANDMAN, Todd. **Issues and methods in comparative politics**: an introduction. 3. ed. New York: Routledge, 2008.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan A. **Competitive Authoritarianism**: Hybrid Regimes After the Cold War. New York: Cambridge University Press, 2010.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan A. The rise of competitive authoritarianism. **Journal of democracy**, v. 13, n. 2, p. 51-65, 2002.

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. 2. ed. São Paulo: Clio Editora, 2012. Tradução e notas de Henrique Amat Rêgo Monteiro.

MONTESQUIEU, Charles. **O espírito das leis**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 231p.

OVSUANNIKOVA, Anastasia; PITTS, Chip. **Russia's New Treason Statute, Anti-NGO and Other Repressive Laws: Sovereign Democracy or Renewed Autocracy**. *Hous. J. Int'l L.*, v. 37, p. 83, 2015.

PECEQUILLO, Cristina Soreanu (Org.). **A Rússia**: desafios presentes e futuros. Curitiba: Juruá, 2010.

PEREIRA, Tito Lívio Barcellos. **Federação Russa**: A Diarquia Vladimir Putin (2000-2008) & Dimitry Medvedev (2009-2012). 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós- Graduação em Estudos Estratégicos, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético**. São Paulo: Editora Unesp, 2003. (Coleção Revoluções do século XX).

REMYNGTON T.F. **Putin, The Duma and Political Parties**. New Jersey.Princeton University Press.,2005.

ROUSSEAU. **Discurso sobre a economia política e do contrato social**. Petrópolis: Vozes, 1995.

RUKAVISHNIKOV, Vladimir. **The Russian Political Culture at the Beginning of the 21th Century**. 2007. Disponível em:

<<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/7/3018/14.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

SADEK, Maria Tereza (Org.). **Os clássicos da política 1**:Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, "o federalista". 13. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

SEGRILLO, Angelo. **De Gorbachev a Putin**: A saga da Rússia do socialismo ao capitalismo. Curitiba: Editora Prismas, 2014. 255 p.

SEGRILLO, Angelo. **Os Russos**. São Paulo: Contexto, 2012. 282 p.

SEGRILLO, Angelo. **Rússia e Brasil em Transformação**: Uma breve história dos partidos russos e brasileiros na democratização política. Rio de Janeiro: 7letras, 2005. 251 p.

SHPUY, Oxana. **O sistema político russo**: da transição a uma democracia dirigida?. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2013.